

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

DANIEL CORREIA DE OLIVEIRA

RELIGIÃO, DITADURA E RESISTÊNCIA: A ORDEM DOS DOMINICANOS E CARLOS
MARIGHELLA

Faculdade Unida de Vitória

DANIEL CORREIA DE OLIVEIRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 02/03/2020.

RELIGIÃO, DITADURA E RESISTÊNCIA: A ORDEM DOS DOMINICANOS E CARLOS
MARIGHELLA

Trabalho final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública.

Orientador: Dr. Wanderley Pereira da Rosa

Vitória - ES
2020

Oliveira, Daniel Correia de

Religião, ditadura e resistência: a ordem dos dominicanos e Carlos Marighella / Daniel Correia de Oliveira. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

vi, f. 74; 31 cm.

Orientador: Wanderley Pereira da Rosa

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

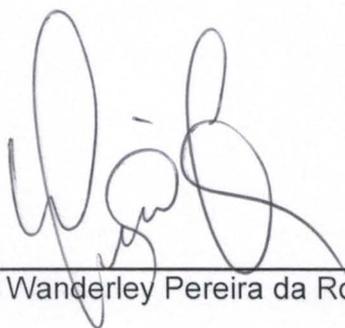
Referências bibliográficas: f. 71-74

1. Ciências das religiões. 2. Religião e Esfera Pública. 3. Dominicanos. 4. ALN. 5. Carlos Mariguella. 6. Religião e ditadura. 7. Dominicanos e Carlos Mariguella. - Tese. I. Daniel Correia de Oliveira. II. Faculdade Unida de Vitória, 2020. III. Título.

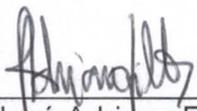
DANIEL CORREIA DE OLIVEIRA

RELIGIÃO, DITADURA E RESISTÊNCIA: A ORDEM DOS DOMINICANOS E
CARLOS MARIGHELLA

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Wanderley Pereira da Rosa – UNIDA (presidente)



Doutor José Adriano Filho – UNIDA



Doutor Sérgio Luiz Marlow

RESUMO

Este trabalho busca tecer uma compreensão sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), e permitir um olhar para diferentes eixos interpretativos. Ao longo da historiografia produzida no século XX, em vários momentos se discutiu sobre questões relacionadas a uma memória dos “subversivos”, personagens importantes na construção identitária da história nacional. A Igreja Católica, está ligada a um inconsciente de apoio irrestrito e incondicional, desde as oposições ao governo João Goulart (1961-1964), a própria arquitetura do Golpe que culminara em sua deposição. Logo, há uma necessidade social de reconstrução do discurso histórico e da constituição da memória do país em entender que, apesar do apoio de setores seculares do catolicismo brasileiro, existiram segmentos em seu interior que se dedicaram à resistência de tal regime instituído. Tendo por referência à atuação da Ordem dos Dominicanos em apoio à luta contra a opressão e os diálogos com a ALN (Aliança Libertadora Nacional) de Carlos Mariguella, o objetivo deste estudo é promover uma releitura das ideias produzidas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), tendo na concepção historiográfica dos Annales, permitindo a interdiscursividade de sujeitos históricos até então opacos diante de uma “história oficial”, dando voz aos silenciados, poucas vezes conhecidos e, quando muito, objeto de condenações e julgamentos. Conhecendo a existência de setores ligados à Igreja Católica como mecanismos de resistência e por consequência demonstrar que, independentemente do tempo, a Religião também se traduz em transformação da Esfera Pública.

Palavras-chave: Dominicanos, ALN, Carlos Mariguella.

ABSTRACT

This paper seeks to convey an understanding of the Brazilian civil-military dictatorship of 1964-1985 and to allow a different look at different interpretative angles. Throughout the historiography produced in the twentieth century, issues related to a memory of the “subversives”, important characters in the identity construction of national history, were discussed at various moments. The Catholic Church is linked to an unconsciousness of unrestricted and unconditional support, since the opposition towards the João Goulart government of 1961-1964 to the architecture of the coup that culminated in its deposition. Therefore, there is a social need to reconstruct the historical discourse and the constitution of the country's memory in understanding that, despite the support of secular sectors of Brazilian Catholicism, there were segments within it that were dedicated to the resistance of such an instituted regime. With reference to the work of the Dominican Order in support of the fight against oppression and dialogues with Carlos Mariguella's NLA (National Liberation Alliance), the aim of this study is to promote a re-reading of the ideas produced about the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), considering the Annales historiographical conception, allowing the interdiscursivity of historical subjects hitherto opaque before an “official history”, giving voice to the silenced, seldom known and, when referenced, "objects" of condemnation and judgment. All while recognizing the existence of sectors linked to the Catholic Church as mechanisms of resistance and consequently demonstrating that, regardless of time, Religion also translates into the transformation of the Public Sphere.

Keywords: Dominicans, NLA (ALN), Carlos Mariguella.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 A GUERRA FRIA E A CONSTRUÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985).....	11
1.1 A bipolarização ideológica da Guerra Fria no continente americano	11
1.2 De Jânio a Jango: O caminho trilhado pelo Golpe Civil-Militar no Brasil.....	18
1.3 A Estruturação da Ditadura Brasileira.....	25
2 OS DOMINICANOS E CARLOS MARIGHELLA	32
2.1 As disputas no interior do catolicismo brasileiro no contexto da Guerra Fria	32
2.2 A Ordem dos Dominicanos e o engajamento na luta armada.....	36
2.3 A repressão do Estado e o fim da luta armada	41
3 AS INTERFACES ENTRE OS DOMINICANOS, MARIGHELLA E O REDIMENSIONAMENTO DA MEMÓRIA DA ATUAÇÃO RELIGIOSA	50
3.1 A Igreja Católica no processo de redemocratização.....	50
3.2 Helvécio Rattón e a perspectiva da Luta Armada em tempos democráticos.....	56
3.3 2019: 50 anos da morte de Marighella e seus significados	61
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Estabelecendo uma análise acerca da História e da construção dos discursos constituídos, é notável que, há uma pluralidade de possibilidades de compreensão do tempo e seus respectivos sujeitos.

Nesse âmbito, a década de 60 do século XX, merece uma atenção particular mediante as transformações promovidas nas mentalidades e ações protagonizadas pela Guerra Fria. Assim, tendo como eixo central o advento da Guerra Fria e a bipolaridade ideológica entre o Capitalismo norte-americano e o Socialismo soviético emergentes da desconstrução dos Estados Totalitários e a disputa por áreas de influências em caráter planetário e extraplanetário, após a 2ª Grande Guerra.

No continente americano, os principais reflexos desses contextos foram descortinados pela articulação de setores conservadores com intuito de frear o avanço de ideias que tendessem a “esquerda” e a estruturação de golpes civis-militares a fim de preservar a ordem, traduzida em “Segurança Nacional”.

Mediante aos elementos apresentados, a natureza desse trabalho é observar um recorte temático e demonstrar sua relação com a memória histórica e suas ressignificações, bem como, aplicá-la a esfera da religião enquanto meio de percepção da esfera pública.

O recorte temático que será trabalhado é elucidar a Ordem dos Freis Dominicanos e sua atuação junto a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a liderança de Carlos Mariguella, demonstrando a releitura que essa abordagem sofreu por distintas fontes de investigações: autores, jornais, testemunhos de época, filmografias e imagens.

É possível traçarmos uma relação de investigação do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) a partir das compreensões de um discurso e, suas interseções com as distintas realidades e projeções da memória no referido contexto, logo, uma das questões pontuais está contemplada na necessidade de sabermos identificar no processo de problematização da pesquisa científica uma matriz visional, isto é, uma linguagem em perspectiva, os ambientes conceituais abrangentes, capazes de abrigar demais conteúdos, verdadeiras “lentes” sob as quais serão projetadas as leituras do objeto em estudo.

Estabelecer essa delimitação conceitual e investigativa é fundamental e imprescindível para a compreensão da proposta desenvolvida. Assim, concebida uma

apreciação sobre o período ditatorial civil-militar no Brasil, a matriz de pensamento abordada será permeada pelas influências da Escola dos Annales¹.

Nesse âmbito, a pesquisa serve como uma possibilidade de revisão de uma literatura pétrea que, promove um olhar para a luta armada, os intelectuais, artistas, operários; mas quase sempre, ignora ou tangencia a atuação direta de grupos relacionados à Igreja Católica como instrumento de resistência ao período opressor. Nesse sentido, permitir o conhecimento sobre a importância de personagens como os Freis Dominicanos é promover uma ressignificação cultural, bem como, entender com propriedade a História do período identificado por meio de distintas linguagens.

A luta armada foi um dos maiores instrumentos de resistência à opressão no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), bem como, a participação da Ordem dos Dominicanos, além de desconstruir uma visão cristalizada de total apoio da Igreja Católica ao então regime político, permite-nos analisar as plurais formas de produção da memória histórica e social. Logo, no cerne da linha de pesquisa – *Religião e Esfera Pública* -- O estudo em questão é uma abordagem da (re)construção do Tempo e da Memória recente do país através do olhar historiográfico e, sistematicamente, dos agentes sociais de transformação.

Nesse sentido, é possível entendermos que, ao contrário do que normalmente foi pensada a ideia de linguagem, enquanto um restrito meio de comunicação, admite-se uma concepção presente de que não há pensamento sem linguagem; a linguagem é o limite dos mundos particulares, portanto, nós não temos a linguagem, nós temos na linguagem.

Essas concepções nos permitem vislumbrar a importância dos registros como formas de eternização da memória. Existe uma abertura entre os universos privados e o mundo, tal fissura é o que filosoficamente compreendemos como desejo e, entendendo uma necessidade constante de readequação de um sistema de sentidos constituídos, a linguagem admite conceber novos sentidos ao mundo.

A relação entre os freis dominicanos e Carlos Mariguella é um testemunho dos tempos autoritários e uma extensão de parte dos pensamentos, organização da sociedade e da linguagem enquanto instrumento de construção identitária e, por consequência, de representação do espírito de uma época.

¹ Escola dos Annales é o termo utilizado para referenciar uma nova proposta historiográfica nascida a partir da publicação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, tendo como principais referenciais Lucien Febvre e Marc Bloch, propunham uma investigação problematizadora, valorizando os plurais agentes históricos e a produção de diferentes mentalidades.

Segundo Platão, não se atinge a verdadeira realidade por meio da palavra, por conseguinte, o mundo não cabe na linguagem, nós possuímos mais experiências que palavras, entretanto, a linguagem delimita o mundo do ser.

Nessa perspectiva, os relatos distintos e em tempos diferentes, retratam a sua experiência do mundo. Os elementos documentais refletem fragmentos de experiências pessoais e, como aludido por Platão, produzem um estilhaço da realidade.

E, de certa forma, a História enquanto ciência é um conjunto de variantes interpretativas. A historiografia é uma linguagem de projeção do tempo, da sociedade e das constantes revisões das mentalidades.

Diante das questões apresentadas, a Pós-Metafísica, concepção que desistiu de ser fundacional e, passou a entender que o pensamento filosófico é base de todo conhecimento, mas que necessitava dialogar com as demais formas de impressão do mundo, projeta uma interface com a Escola dos Annales e, conseqüentemente, a condição de leitura de um dado momento histórico através das lentes e personagens diferentes.

Assim, é preciso entender o porquê do resultado de um determinado movimento histórico; relativizar ou repensar certos princípios ou conceitos, enfim, os discursos não fazem sentido se deslocados das suas condições históricas.

Outrossim, o discurso é histórico. Não há validade sem o discurso histórico.

De acordo com o historiador da cultura Peter Burke², as sociedades são constituídas por uma teia de relações simbólicas. Logo, símbolos são demarcações de poder. E, os discursos construídos são fundamentais na edificação dos pensamentos e comportamentos sociais. Do mesmo modo, o discurso não só exerce um poder simbólico sobre o pensamento, como pontua as normas da vida em sociedade.

Portanto, estudar o caráter do discurso na esfera da pesquisa em religião é permitir leituras diversas sobre as intenções, mentalidades e comportamentos produzidos pelos sujeitos sociais.

À luz dos fatos mencionados, é de extrema importância conhecer os discursos, confrontá-los, afinal, as plurais fontes históricas permitem um campo fértil de abordagem e compreensão de significados e significantes, bem como, da própria compreensão da linguagem, pensamento e organização de determinadas sociedades ao longo do tempo.

Os mecanismos de análise serão pautados, principalmente, em documentos e registros de época, como manchetes de jornais e entrevistas ou depoimentos. É importante ressaltarmos que, Frei Betto, será um testemunho recorrente, visto que, apesar de não ser o

² Peter Burke é um dos mais importantes historiadores da História das Mentalidades no século XX-XXI.

epicentro do trabalho, grande parte dos registros e, da colaboração ainda existente sobre esse cenário foi produzida pelo mesmo através de livros, documentários e entrevistas.

A História é uma construção coletiva e, todos que estão inseridos no universo social são agentes históricos e transformadores da sociedade, portanto, sejam movimentos coletivos ou produto da ação individual constroem História e modificam a realidade e, isso não implica na atuação de “grandes homens” ou “heróis”, todos são constitutivos do tecido de mudança da escrita social.

Diante dos elementos apresentados, a imagem dos Dominicanos e de Carlos Marighella acabou ficando historicamente associadas, seja pela atuação conjunta, ou pelo próprio objeto de luta que os uniram. Por conseguinte, foram emoldurados nos livros de História como subversivos, promovedores da anarquia ou mesmo, responsáveis por uma desordem institucional, fato que faz com que a memória histórica os assimilem, ainda hoje, a movimentos de minorias, grupos intitulados de “esquerda” ou de resistência social.

E, exatamente o que buscaremos demonstrar é que ao contrário dessa visão, o que esses personagens, em seu tempo, buscaram foi lutar por uma sociedade, no mínimo mais justa e, demonstrar que, a ação religiosa não está restrita aos templos ou dogmas, é preciso ação de fato, não basta palavra, é fundamental algo que de fato seja responsável por promover mudança na sociedade, afinal, é necessário estar inserido no mundo para efetivamente ser capaz de transformá-lo, palavras perdem o sentido em si quando não são capazes de se materializar.

Em 2019, foi comemorado 50 anos do assassinato de Carlos Marighella e, notoriamente, vários enfoques voltaram a discutir esse momento da História brasileira e, tangente as ideias apresentadas, traçar um paralelo da religião em esfera pública como elemento de justiça e defesa da liberdade é uma necessidade para tempos tão intolerantes e de questionamentos ao direito das minorias sociais.

Portanto, essa pesquisa estará diretamente atrelada à imagem dos Dominicanos e Carlos Marighella de maneira indissociável e, para tal, mostrarmos no presente, como essas imagens ainda são vistas e quais as necessidades do redimensionamento de suas memórias.

Esses personagens, mais que suas bandeiras ou ideologias, são retratos de uma época, de um tempo e, de um modelo específico de sociedade. Assim, não nos é legítimo o julgamento, que da forma mais simples, seria um anacronismo, o objeto desse registro é demonstrar que, inquestionavelmente, tais agentes históricos foram importantes em seu tempo como demonstração de uma fé atuante e, promoveram mudanças no pensamento e na ação religiosa e social ecoante até os nossos dias.

1 A GUERRA FRIA E A CONSTRUÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Diante das problematizações políticas e sociais que demarcaram o século XX, em especial, as disputas ideológicas e os governos de natureza autoritários, é relevante ressaltar como que setores civis importantes, como a Ordem dos Dominicanos e a Luta Armada, no Brasil, foram alguns dos mecanismos de resistência e oposição.

É oportuno apontar que, inconscientemente há uma visão estruturada, acerca da atuação de apoio católico nos tempos de ditadura (1964-1985), contudo, o objeto dessa pesquisa é atentar para setores no interior do catolicismo e suas relações de resistência. Assim, buscaremos uma análise precisa da Ordem dos Dominicanos e a aproximação da Aliança Libertadora Nacional (ALN), bem como da figura emblemática da esquerda brasileira: Carlos Marighella. Dessa forma, teceremos uma análise de discursos: depoimentos, textos jornalísticos de época, produções cinematográficas e considerações atuais de personagens que vivenciaram essas realidades, como frei Betto, por exemplo, assim, buscando apontar uma relação da atuação da religião como forma de atuação e resistência.

Por esse viés, é imprescindível que iniciemos essa abordagem apresentando uma análise do contexto sociopolítico que conduziram o Brasil para a conjuntura supracitada e, por consequência, possa fundamentar os propósitos previstos.

Assim, é importante uma familiarização com o tempo em que se observa através de uma síntese histórica dos elementos primordiais que demarcaram política, social e ideologicamente o mundo e, seus impactos na realidade brasileira.

1.1 A bipolarização ideológica da Guerra Fria no continente americano

O cenário mundial da Guerra Fria começou a ser desenhado quase que de imediato ao término da Segunda Guerra Mundial, levando em principal consideração os interesses das potências Aliadas, na questão geopolítica. Dois eventos marcaram o início do contexto político que se estenderia pela próxima metade do século. Em primeira instância, a Conferência de Yalta realizada na primeira quinzena de fevereiro do ano de 1945 voltava-se a discutir a respeito da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) para substituir a Liga das Nações e sobre como se recortaria o mundo. Por conseguinte, com início em julho e término no segundo dia de agosto de 1945, aconteceu a Conferência de Potsdam, em que as

três principais potências no final da guerra (União Soviética, Estados Unidos e Reino Unido), discutiram sobre como se dividiria a Alemanha³.

Ainda nesse panorama inicial, um fator importante para o desdobramento dos acontecimentos futuros foi a morte do presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt, em 12 de abril do conturbado ano de 1945. Harry S. Truman era o vice-presidente e coube a ele ocupar o cargo máximo. No mês seguinte, a Alemanha se renderia e o principal foco da Grande Guerra estaria terminado, tornando o Bloco dos Aliados triunfante em relação aos exércitos do Eixo.

Antes da Conferência de Potsdam, os Estados Unidos conseguem testar com sucesso sua mais nova força militar, a bomba atômica, que seria o principal foco das ameaças durante a Guerra Fria, que se desdobraria no restante do século XX. Tal esforço nuclear, muito incentivado por Truman, teve sua capacidade colocada a prova nos lamentáveis episódios das bombas no Japão, em 06 e 09 de agosto. Ainda em 1945, além de terminar de vez com a guerra, sacramentando a vitória dos Aliados, serviu também para demonstrar todo poder político e econômico alcançado pelos Estados Unidos, com os lucros da guerra, com a venda de armas e de outros produtos para a Europa, que foi onde aconteceram os embates de fato, sendo os americanos aqueles que menos sofreram danos internos no cenário da guerra, e consagrando de vez a nação estadunidense como uma superpotência mundial⁴.

Nesse âmbito, como já prenunciado, ao fim da guerra encontrava-se nítida a superioridade de três potências. Porém, a divisão bipolar do mundo ocorreu quando o chanceler britânico Winston Churchill proferiu em um discurso, na presença do presidente Truman, que os Estados Unidos assumissem a tutela de defensores da democracia, deixando que a Grã-Bretanha servisse apenas como uma aliada política, sem tomar iniciativas incisivas. Neste discurso também foi citada a “Cortina de Ferro”, caracterizando o Leste Europeu. A partir deste episódio a guerra passa a adquirir um caráter próprio, e começa a desenhar-se de modo a dar sentido ao imaginário que foi construído em torno do contexto geral da Guerra Fria⁵.

Usando-se do imaginário da cortina de ferro para apoiar discursos anticomunistas, e valendo-se das guerras civis que aconteciam na Grécia e na Turquia em 1947, inaugura-se o que ficou conhecido posteriormente como a Doutrina Truman, que se baseava em auxiliar

³ VIEIRA, Neide de Paiva. *Guerra Fria: desafios, confrontos e historiografia*. Orientação de outra natureza (História) - Orientador: Sidnei José Munhoz. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 10.

⁴ VIEIRA, 2008, p. 11.

⁵ BIAGI, Orivaldo Leme. O Imaginário da Guerra Fria. *Revista de História Regional [online]*. Ponta Grossa-PR: v. 6, Verão, 2001. p. 71-72. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119/1600>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

economicamente países que estavam sujeitos a “ameaça comunista” e tornou-se ativa mundialmente com vistas a impedir que os mesmos se rendessem à doutrina soviética. Essa medida fez com que os americanos se envolvessem arditamente em questões internas de vários países para apoiar ditaduras militares, e que também os levou a se envolverem em conflitos como a Guerra da Coreia (1950-1953) e a famosa Guerra do Vietnã (1959-1975)⁶.

Em sequência, a primeira medida da Doutrina Truman, foi a criação do Plano Marshall, em 1948, que consistia em um mecanismo de recuperação econômica dos países destruídos pela guerra e que seria oferecido pelos Estados Unidos visando principalmente obter o apoio dos países europeus que poderiam ser influenciados pela URSS⁷. Nesse contexto, Stalin funda o Kominform, que unificaria os países do leste europeu e sua forma de ação sob o governo ditatorial do líder soviético. Com isso, surge a versão soviética do Plano Marshall em 1949: o Comecon⁸.

Assim, nos primeiros anos do pós-guerra começa o embate estratégico por posições políticas, inclusive com a recém-criada ONU (Organização das Nações Unidas). Logo, torna-se necessária a fundação de organizações militares por parte das duas potências. Em 1949, é criada a OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte), um conjunto militar dos países capitalistas para impedir uma possível agressão soviética, que foi contraposto pelo Pacto de Varsóvia em 1955, atuante militarmente na zona de influência da União Soviética⁹.

Com o desenrolar do confronto estratégico e a partir do imaginário do medo da expansão comunista, começou-se a praticar o que chamamos de maniqueísmo das opções políticas no ocidente, em que se vendia a ideia de que o comunismo poderia estar disfarçado em qualquer camada e nas mais variadas diferenças políticas, e que deveria sempre se ter cuidado para não ser silenciosamente doutrinado. Dessa forma surge o simbolismo simplificado de que tudo que não estivesse de acordo com a ideologia dos Estados Unidos era caracterizado como comunismo. Valendo-se da mesma lógica, tudo que não estava de comum acordo aos soviéticos era caracterizado como capitalismo. O maniqueísmo se fez presente nos dois lados da bipolarização ideológica e essa política exigia que toda a área de influência das duas potências servisse de comum acordo aos ideais de seus colaboradores principais¹⁰.

Passando para o contexto americano na Guerra Fria, os primórdios da Revolução Cubana já eram suficientes para demonstrar que a pequena ilha no Caribe seria um fator

⁶ BIAGI, 2001, p. 72-73.

⁷ BIAGI, 2001, p. 74-75.

⁸ VIEIRA, 2008, p. 21.

⁹ VIEIRA, 2008, p. 22.

¹⁰ BIAGI, 2001, p. 81-83.

determinante nos anos subsequentes do conflito. O cenário da revolução começa a ser desenhado em 1953, quando Fidel Castro, que desde o início é o principal nome deste movimento, liderou a primeira oposição armada à ditadura de Fulgencio Batista. Mesmo com o fracasso, Fidel alcançou a projeção necessária para ser o símbolo da resistência e posteriormente liderar uma revolução¹¹.

Fidel Castro é preso e, após libertado, busca exílio no México, onde estrutura a resistência a partir do grupo guerrilheiro “movimento 26 de julho”, o M26. É nesta conjuntura que ele se une a Ernesto “Che” Guevara, juntamente com o seu irmão Raul Castro, orquestrando o movimento. Durante o período recluso no México é que começa a se criar um imaginário em torno da figura de Fidel Castro de que mesmo longe de Cuba se mostrava um homem ativo e um comandante que ganhou a alcunha de um herói exilado. Castro passou a ganhar vislumbres sebastianistas, semelhante à figura de D. Sebastião para Portugal, onde acreditava-se no retorno e na revolução em nome de Fidel¹².

Quando de fato houve a Revolução Cubana, correspondeu-se ao período de maior exaltação do movimento principalmente por associar a revolução à figura do homem guevariano, uma exaltação aos ideais de Che Guevara, gerando uma espécie fantasiosa para o revolucionário perfeito, inspirado na figura de Guevara, muito institucionalizado ao redor do mundo na popular fotografia de Alberto Korda. A Revolução consolidada se tornou um marco de mudança para Cuba e também para a Guerra Fria¹³.

Figura 1 - Che Guevara¹⁴



¹¹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos; LIEBEL, Vinícius . A Revolução Cubana e sua recepções: imprensa e academia. *Revista Contemporânea [online]*. Niterói-RJ: v. 2, ed. 8, 2015. p. 2. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/14_luis_carlos_dos_passos_martins_vinicius_liebel_.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

¹² MARTINS; LIEBEL, 2015, p. 2-3.

¹³ MARTINS; LIEBEL, 2015, p. 4.

¹⁴ Disponível em: <<http://mundo-e-arte.blogspot.com/2015/07/fotografia-alberto-korda.html>>. il. Acesso em: 02 jan. 2019.

Apesar de ter como foco principal duas potências, também se torna importante citar o contexto da Guerra Fria no Brasil. Assim, na altura do ano de 1946 quem estava no cargo presidencial era o general Eurico Gaspar Dutra. Durante seu governo, aqueles que eram considerados de doutrina comunista sofreram com restrições e perseguições devido ao conflito ideológico. Como primeira medida concreta, ainda em 1946, Dutra destituiu de seus cargos os funcionários que eram declaradamente pertencentes ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Diversas medidas de repressão se tornaram comuns ainda neste ano e em 1947 o registro de eleitorado do PCB teve seu cancelamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Posteriormente, os mandatos dos parlamentares comunistas brasileiros foram cassados e o rompimento diplomático oficial com a URSS se deu ainda em 1947, incidindo que o Brasil claramente apoiaria os Estados Unidos¹⁵.

Semelhante à forma que a URSS pretendia exercer domínio do Leste Europeu, os Estados Unidos, seguindo o mesmo raciocínio também queriam estender sua influência para todo o continente americano. No entanto, da mesma maneira que buscava manter um rígido controle referente às nações americanas, também negligenciava-os, dando mais importância para a Europa, que se tornou o foco principal da política estadunidense, que não efetivou para a América Latina algo semelhante ao Plano Marshall, muito executado na Europa¹⁶.

Ainda sobre o contexto mundial em que se enquadra na Guerra Fria, outro ponto a ser analisado é sobre a Crise dos Mísseis em 1962, que envolveu além de Estados Unidos e União Soviética, e a recém revolucionada Cuba. Buscando manter a vigência do seu regime instalado em 1959 e enfrentando crises econômicas e alimentícias, ocorreu a aproximação entre a União Soviética e Cuba, devido também às ameaças estabelecidas pelos Estados Unidos sob a direção do então presidente John Kennedy¹⁷.

Nesse período, como forma de segurança contra as forças norte-americanas e também contra as milícias que eram opositoras ao regime de Fidel Castro e seus aliados, foi permitida a instalação na ilha cubana de cerca de quarenta mísseis de médio e longo alcance, de origem soviética, que teriam sido permitidos por Nikola Krushev, que acreditava que um apoio à causa de Castro elevaria o prestígio da URSS no bloco comunista e, principalmente,

¹⁵ SOTANA, Edvaldo Correa. O início da Guerra Fria nas páginas da imprensa escrita brasileira (1946-1949). Maringá: *Diálogos*: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. v. 18, 2014. p. 329.

¹⁶ MUNHOZ, Sidnei José. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: *Diálogos*: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. v. 6. 2002. p. 44.

¹⁷ AVILA, Carlos Federico Domínguez. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. Belo Horizonte: *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 28, nº 47, 2012, p. 367-368.

no hemisfério ocidental, além de ser uma forma de compensar os mísseis norte-americanos presentes na Itália, Turquia e Inglaterra¹⁸.

Diante das crises no norte da América e analisando os reflexos no Brasil, o embaixador estadunidense no Rio de Janeiro reuniu-se com o então presidente João Goulart, que designou inicialmente apoio incondicional às causas dos Estados Unidos e John Kennedy. Posteriormente, adotou-se um pensamento mais conservador para que questões fossem resolvidas sem conflitos e, sendo o Brasil um dos principais comunicadores com Cuba e Fidel Castro, e também presente no desfecho da crise tendo sido uma das nações a proporem-se e serem orientados para ajudar na resolução desta¹⁹.

Em síntese, ao fim da crise, Fidel Castro se sentiu traído pelos soviéticos por negociarem com Kennedy sem consultar a situação cubana, porém, acabou sendo positivo para Cuba e também para o Brasil inicialmente, que ganhou prestígio com a política externa. Contudo, o parlamentar americano Robert Kennedy, em sua visita a João Goulart, recebeu com estranhamento suas políticas reformistas e com a onda dos regimes militares surgindo em 1962, os Estados Unidos acabaram por apoiar a destituição do governo de Jango em 1964²⁰.

Retomando: os processos de repressão que ocorreram no Brasil não podem ser classificados como casos isolados. Apoiados pelos EUA, diversos países da América Latina buscaram tornar ilegais atividades de caráter comunista para excluir qualquer chance de influência soviética no hemisfério ocidental. Como resultado, em grande parte dos países do continente americano, comunistas foram excluídos do processo eleitoral, afastados de cargos públicos e atividades ligadas a telecomunicações sofreram repressão ou até mesmo tornaram-se ilegais²¹.

Concomitante ao século XVIII ser denominado século das luzes, o século XX poderia ser designado o século das guerras, ou então, de acordo com Eric Hobsbawn em sua obra “Era dos Extremos – O Breve Século XX 1914-1991”, o século da guerra, visto que para o autor pode-se juntar a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em uma só guerra separada por um hiato de 21 anos. Ainda em paralelo ao pensamento de Hobsbawn, não é viável compreender o século XX como um todo se não compreendermos os seus conflitos dos mais diversos gêneros, pois, por meios desses podemos compreender fatos como a ascensão Norte-Americana como a principal economia do mundo,

¹⁸ AVILA, 2012, p. 368.

¹⁹ AVILA, 2012, p. 369-380.

²⁰ AVILA, 2012, p. 382-389.

²¹ MUNHOZ, 2002, p. 53-56.

as teorias nazistas de Adolf Hitler e, finalmente, os moldes da Guerra Fria que abria as cortinas de nossa discussão.²²

A partir do advento da Guerra Fria, o cenário internacional como um todo passa a se dispor de várias mudanças. O conflito arrefeceu as hostilidades e o antagonismo que havia na política mundial pré Segunda Guerra Mundial. Também segundo Hobsbawn, foi capaz de trazer uma estabilidade maior ao sistema global, visto que a “paz armada” tornou temerário qualquer movimento das frentes, por conta do inacreditável cenário bélico que o mundo havia criado, e não tratando apenas de armamento nuclear e armas de destruição em massa, mas sim armas como fuzis e metralhadoras que abasteceram fortemente os conflitos periféricos que houve entre os blocos hegemônicos. As consequências desse período na segunda metade do século XX foram irreparáveis, coisas demais haviam mudado, e coisas demais desapareceram.²³ O terceiro mundo, para o autor, estava rodeado de instabilidade social e política.

Ainda tratando acerca do contexto brasileiro na Guerra Fria, é importante endossar a participação da Igreja Católica no processo ideológico porque passava o país. Nesse momento é correto citar que o ideário anticomunista se fez presente na sociedade, seja pela bipolarização causada na Guerra Fria, seja pelos movimentos sociais de cunho nacionalista que ocorriam no período, em paralelo. O que realmente fica claro é que se envolvia muito mais do que apenas uma disputa político-ideológica²⁴.

A Doutrina Católica estava presente em parte considerável da população brasileira e não é absurdo dizer que possuía influência para definir a concepção sobre a sociedade que um fiel poderia interpretar. Além disso, o imaginário anticomunista católico circulou muito pelas igrejas do período e também fez parte de uma busca da Igreja para redefinir a abrangência e a prática dos princípios cristãos, procurando por meio da coesão social de uma resolução dos problemas da sociedade, a aceitação de novos fiéis²⁵.

Em síntese, no meio do surgimento de novas ideologias e utopias no contexto mundial, a Igreja buscou combater tudo que se oferecia como um potencial perigo a sua estabilidade, e o comunismo mostrou-se uma ameaça ideológica, justamente em vista do vínculo que era possível associar da Igreja Católica com as relações de poder vigentes em sociedades tipicamente capitalistas.

²² HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

²³ HOBBSAWN, 2003, p. 252.

²⁴ WOZNIK-GIMÉNEZ, Andrea Beatriz; RIBEIRO, Luiz Carlos. A luta entre comunismo e catolicismo nas páginas das revistas curitubanas, 1945-1964. Curitiba: *Religare*, v.11, n°2, 2014. p. 192.

²⁵ WOZNIK-GIMÉNEZ; RIBEIRO, 2014, p. 193-194.

1.2 De Jânio a Jango: O caminho trilhado pelo Golpe Civil-Militar no Brasil

Com vistas a analisar o caminho trilhado para a construção do Regime Militar no Brasil, é preciso remontar a discussão para o início da década de 1960 quando Jânio Quadros assume a presidência do país, e buscando entender como fatores provenientes desse governo foram importantes para o futuro próximo da nação. Jânio baseou sua campanha em promessas de moralização administrativa e reformas socioeconômicas e, uma vez eleito seria preciso muito esforço do então presidente para adequar suas medidas, visto que os partidos que haviam declarado oposição ao governo de Jânio Quadros eram maioria eleita no Congresso Nacional²⁶.

Após ter vencido nas urnas, Jânio se retira para a Europa e mostra um enorme descaso com relação à formação de alianças para seu governo, o que gerou um desconforto por parte dos partidos de oposição, e os grupos de apoio à Jânio Quadros perderam credibilidade no Congresso e também perante os aliados de Juscelino Kubistchek. A falta de interesse de Quadros nesse primeiro momento foi o primeiro sinal de um governo turbulento.

Em seu discurso de posse, no dia 31 de Janeiro de 1961, Jânio executou uma polêmica fala disparando diversas críticas ao governo comandado por Juscelino Kubistchek, alegando e explicitando dívidas financeiras, além de uma crise administrativa geral instaurada no Congresso. A resposta da oposição foi imediata ao discurso ameaçador de Jânio para os parlamentares, falando inclusive de medidas punitivas.

Nesse contexto, com o governo em curso, foram divulgados os representantes parlamentares do governo e já nos primeiros meses vieram as críticas sobre a falta de informações dos atos de Jânio. Por conseguinte, em Maio de 1961, Jânio Quadros proferiu em entrevista que havia dúvidas se existia realmente um representante parlamentar no seu governo, explicitando, mais uma vez, o descaso de Quadros com suas lideranças e com questões governamentais imprescindíveis²⁷.

A política interna de Jânio foi exercida de forma austera, tratando de resolver os graves problemas financeiros. O presidente então colocou em prática um plano anti-inflacionário, o cruzeiro, a moeda nacional, altamente desvalorizada, diminuindo também os subsídios do Estado em relação à importação de determinados produtos. Ademais, Jânio também restringiu os créditos, congelou os salários e fez um aumento nos impostos, gerando

²⁶ LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. São Paulo: *Revista Brasileira de História*. v.29, nº59. 2009. p. 188-193.

²⁷ LOUREIRO, 2009, p. 196-199.

impacto internacional com a reabertura da negociação da dívida externa brasileira junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional). O programa austero de estabilização financeira gerou revoltas por parte dos pequenos e médios empresários, além também de sofrer oposição por parte do Congresso. Jânio também oficializou reformas na administração pública buscando combater a corrupção. No entanto, destacaram-se vários decretos de caráter moralista feitos por Quadros como, por exemplo, a proibição do uso de biquínis nas praias, proibição das brigas de galo, que eram assuntos considerados irrelevantes para um presidente da República, causando certa repulsa popular a Jânio Quadros²⁸.

Transpondo a discussão à política externa do governo de Jânio, pode-se dizer que vide a política interna, esta também foi controversa, buscando levar o Brasil a cultivar uma política externa independente deixando, por exemplo, de atender as normas estadunidenses colocadas no contexto da Guerra Fria. Jânio pretendia aumentar o campo comercial brasileiro para transpassar o tradicional mercado norte-americano, inclusive negociando com nações socialistas. As medidas de Quadros receberam duras críticas das forças armadas e também da Igreja Católica, além de estremecer laços com o então presidente americano Kennedy, em um episódio envolvendo Cuba. Posteriormente, Jânio reatou as relações diplomáticas com a União Soviética²⁹.

Jânio Quadros declarava publicamente que se considerava um anticomunista fervoroso. Porém, outro episódio que marca as confusões do governo de Jânio foi a defesa do governo que Fidel Castro estava exercendo em Cuba além de condecorar Ernesto “Che” Guevara com a mais alta honra para um estrangeiro, em Brasília, no dia 18 de Agosto de 1961. Guevara era então atual ministro da Economia em Cuba, que acabara de passar por uma revolução socialista comandada por ele e Fidel Castro. A repercussão a esse gesto em honra ao revolucionário foi extremamente negativa e o presidente sofreu intensas críticas e protestos³⁰.

As atitudes de Jânio Quadros ainda no primeiro mês de governo já davam indícios da confusa administração que se moldava. Jânio recebia duras críticas e alegações que suas medidas infringiram as leis e geravam problemas também entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Quadros chegou a alegar que a Constituição delegava independência entre os poderes e que por isso ele não interferia, negligenciando completamente o Congresso.

²⁸ DOMINGUES, Joelza Ester; FIUSA, Layla Paranhos Leite. *História: o Brasil em foco*. São Paulo: Editora FTD, 1996. p. 312.

²⁹ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 312-313.

³⁰ MATOS, Clarence José De; NUNES, César. *Novo Manual Nova Cultura História do Brasil*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1993. p. 172.

Paralelo a isso, começou-se a organizar um processo de impeachment contra o presidente, alegando crime de responsabilidade feita por execução de medidas ilegais. Jânio Quadros já havia perdido totalmente a governabilidade com poucos meses de ação, pois demonstrava além de um enorme descaso, uma falta visível de compostura em seus atos³¹.

Figura 2 - Fotografia de Jânio Quadros como uma síntese de seu governo³²



Em 25 de agosto de 1961, por meio de uma carta, Jânio Quadros renuncia ao cargo presidencial que só ocupou durante 7 meses, de forma surpreendente, deixando todos surpresos com sua súbita decisão. Muito se falou que o real plano de Jânio para sua renúncia era uma estratégia própria para posteriormente voltar ao poder pelos braços do povo, visto que essa foi uma saída encontrada pelo presidente, pois o mesmo esperava que algum setor da sociedade lhe desse crédito para que reassumisse o cargo. Porém, em vista de sua ambiguidade e de um governo instável e confuso, a renúncia de Jânio foi imediatamente aceita³³.

Neste momento, com a renúncia de Jânio Quadros consolidada, inúmeras discussões sobre quem assumiria o poder rodeavam o imaginário político nacional, pois o seu sucessor direto e vice-presidente João Goulart estava na China Comunista visando conseguir acordos comerciais, sendo que os militares puseram-se de maneira concreta contra a posse de Jango. Em contrapartida, Goulart foi amplamente apoiado por seu cunhado Leonel Brizola, em um

³¹ LOUREIRO, 2009, p. 200-204.

³² Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/08/25/janio-uma-foto-que-interpretou-a-historia>>. il. Acesso em: 02 jan. 2019.

³³ DA SILVA, Ionio Alves. A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio. *Alceu [Online]*. Rio de Janeiro-RJ: ALCEU - v.13 - n.25 - jul./dez., 2012 p. 37-40. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo3_25.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

episódio que ficou marcado como a “Campanha da Legalidade”³⁴. Em vista desse episódio, quando abordado, tende-se a atribuir uma grande parcela desse fato aos esforços de Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Entretanto, torna-se importante elucidar o grande significado da mobilização popular e sindical que ocorreu naquele episódio e sua enorme contribuição para o desfecho positivo daquele viés político³⁵.

Partindo dessa análise, na ausência do vice-presidente, quem assumiu o cargo de forma interina foi Ranieri Mazzilli, que atuava como presidente da câmara dos deputados. Dessa forma os militares colocaram tropas em aeroportos para vasculhar aeronaves que chegavam à espera de João Goulart, alegando que eram medidas de segurança. Porém, vários setores da política, militares e a alta cúpula da Igreja Católica não queriam que Jango assumisse a presidência e estavam dispostos a impedi-lo³⁶. O país se dividiu entre os que apoiavam e negavam a posse de Jango. Após várias pressões ocorridas no congresso, é instaurado o regime parlamentarista no Brasil, que dava a posse presidencial para João Goulart. No entanto, com poderes reduzidos, mas com a previsão de um plebiscito que decidiria se iria se manter o sistema parlamentar, ou se retornaria o sistema presidencial, tal votação só ocorreria posteriormente e Jango deu início ao seu governo nos moldes parlamentares³⁷.

No transcorrer do governo parlamentar, João Goulart mesmo tendo em suas mãos um governo sem plenos poderes, soube agir de forma inteligente para que pudesse retornar ao presidencialismo antes do previsto. Alguns atritos com o governo norte-americano se iniciaram quando na ocasião que se discutiu sobre a permanência de Cuba na OEA (Organização dos Estados Americanos), o Brasil tomou uma posição de neutralidade, mesmo em afirmação de que não compactuava com regime socialista. Contudo, era contra qualquer pressão ao governo cubano de Fidel Castro e evidentemente a atitude brasileira não foi bem vista pela política estadunidense, que claramente esperava um posicionamento mais duro em relação ao país caribenho³⁸.

A busca pelo retorno ao presidencialismo começou com os esforços de João Goulart pelas Reformas de Base e a efetivação da reforma agrária. Após tumultuadas relações no congresso e nos gabinetes de ministros de Jango, foi buscada a antecipação do plebiscito em

³⁴ ABREU, Monique Oliveira. *Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil - 1961-1964*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. TCC. Orientador: Valéria Marques Lobo. 2011. p. 7.

³⁵ JAKOBY, Marcos André. *A Campanha da Legalidade de 1961 e o papel da resistência democrática*. Natal - RN: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. p. 2.

³⁶ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p.315-316.

³⁷ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p.316-317.

³⁸ CHIAVENATO, Julio Jose. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Moderna, 2ª ed, 1994. p. 13 e 14.

vista da campanha pelas ditas reformas. As intenções do presidente Goulart se concretizaram, tendo a votação antecipada e posta a ser efetuada em 6 de Janeiro de 1963, quando se dá início a campanha de Jango, através dos meios de comunicação, dizendo aos eleitores para que votassem “Não” para a pergunta do plebiscito que questionava ao povo se apoiava o parlamentarismo. Assim feito, venceu por ampla maioria e, ainda, no final daquele mês João Goulart reassume agora com plenos poderes presidenciais, contando ainda em teoria com três anos de governo³⁹.

Em meio a um país já em situação turbulenta, Jango começa seu governo presidencialista diante de um caos político, econômico e social, possibilitando uma mobilização político-ideológica de grupos que eram contra o governo estabelecido. Ele usa de diversos meios de comunicações para criar o imaginário em desfavor ao presidente, iniciando dessa forma, as realizações mais concretas do que se tornaria o golpe militar em 1964, apoiado também por alguns setores da sociedade e da Igreja Católica. Ao longo do ano de 1963, o presidente buscou soluções para a crise financeira a partir de um projeto denominado Plano Trienal para conter a crescente inflação, que também compreendia as Reformas de Base incentivadas por Jango. Além disso, buscou ainda uma renegociação da dívida externa do país, que estava a crescer devido aos empréstimos externos visando uma estabilização econômica, pois o plano proposto era incondicional para sustentação das reformas propostas⁴⁰.

Ademais, é possível dizer que as pressões sociais, em consequência às Reformas de Base que Goulart defendia, contribuíram bastante para minar o seu prestígio enquanto presidente. A dita reforma tratava de um apanhado de reformas sociais, econômicas e políticas, que também visavam reformular quatro setores importantes: agrário, bancário, fiscal e administrativo, que também anexavam questões extras como do sistema eleitoral e universitário. Entretanto, o que mais provocou sanções a Jango foi a questão da reforma agrária, que foi vista de forma extremamente negativa pelo Congresso e João Goulart acabou sendo taxado de incentivar o comunismo, uma vez que a reforma agrária nos moldes que ele defendia iria destituir a propriedade privada⁴¹.

E então ocorreu uma notável inversão de tendências. As lideranças reformistas que haviam construído sua força na luta pela posse de Jango e, em seguida, pelo restabelecimento do presidencialismo – em outras palavras, na defesa da ordem

³⁹ CHIAVENATO, 1994, p. 17 e 18.

⁴⁰ SARMENTO, Carlos Eduardo. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. In: CPDOC. *A trajetória Política de João Goulart*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em: 05 jan. 2019.

⁴¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: Memória, História e Historiografia. FAPESP. *Scielo - Scientific Electronic Library [Online]*. São Paulo-SP: 2009, p. 123-130. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

constituída e da legalidade – tinham evoluído, ao menos em parte, para uma linha ofensiva, alguns já contemplando o recurso à violência revolucionária. Sucediavam-se discursos exaltados, ameaças veladas, uma retórica grandiloquente, sem correspondência com a força e a organização reais dos reformistas.⁴²

Na questão econômica, outras intempéries destruíam o projeto reformista, visto que para alcançar a estabilidade econômica, era preciso uma contenção salarial e um aumento nos impostos, para que com o acúmulo financeiro o governo pudesse investir na produção. Todas essas medidas tornaram-se extremamente impopulares e a oposição conservadora conseguiu que Jango não durasse mais tempo em seu governo. Com pressões sociais e também pressões vindas dos Estados Unidos, Jango regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, que acabou por institucionalizar o fim de seu governo, pois a partir desse fato, em janeiro de 1964, o governo Jango não conseguia mais reunir o apoio popular que o levou de volta ao molde presidencialista e o golpe civil-militar se materializava⁴³.

Ainda em Janeiro, iniciou-se o período que ficou marcado como a “Guerra Psicológica”, em que, aproveitando-se das desaprovações do governo de João Goulart, começa a se espalhar diversos boatos fantasiosos sobre a figura de Jango, fazendo acusações e, ao mesmo tempo, dizendo que ele estava a favorecer a instauração do comunismo no Brasil. Além da acusação de distribuir armas aos trabalhadores por ser líder de uma revolução comunista, e mesmo não tendo nexos, funcionou e mobilizou a população em prol da intervenção militar e a deposição de Goulart. Em março, o então presidente convoca uma série de comícios buscando apoio diretamente nas massas, e o primeiro e único desses comícios a serem realizados foi o Comício das Reformas na Central do Brasil, Rio de Janeiro, onde Jango apresentou alguns decretos e propostas frente ao público, em um ato de ilegalidade frente ao congresso. Para os opositores, essa atitude foi recebida como mais um motivo para depor João Goulart.⁴⁴

⁴² REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 38.

⁴³ MATOS; NUNES, 1993, p. 174.

⁴⁴ DELGADO, 2009, p. 131-134.

Figura 3 - Comício da Central do Brasil ⁴⁵

Em resposta direta à atitude do governo Goulart, apenas alguns dias depois é feito um contra comício da direita, que ficou conhecido como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de meio milhão de pessoas nas ruas centrais de São Paulo, entoando palavras contra o comunismo que supostamente estava incentivando e apoiando também a intervenção militarista. Essa passeata contou com o apoio legítimo da Igreja Católica, que teve participação ainda no golpe militar alguns dias depois. Este ato da direita espelhou a certeza de que as classes média e alta estavam contra Jango e foi a motivação necessária para dar partida no golpe de fato⁴⁶.

Figura 4 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade⁴⁷

⁴⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1424618-comicio-da-central-do-brasil-selou-guinada-de-jango-a-esquerda.shtml>>. il. Acesso em: 05 jan. 2019.

⁴⁶ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 331.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/529378-cinquentenario-da-marcha-com-deus-pela-familia-e-a-liberdade-e-uma-sociedade-que-nao-se-reconciliou-com-a-memoria-da-ditadura-entrevista-especial-com-aline-pressot.il>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

No dia 30 de março, João Goulart proferiu o seu último pronunciamento como presidente da República no Automóvel Clube e denunciou frente a um amplo público que contava inclusive com militares, as pressões que vinha sofrendo e reafirmou suas propostas acerca das Reformas de Base. Jango também se solidarizou com a Revolta dos Marinheiros que tivera ocorrido no dia 26 de março, e seu discurso repercutiu fortemente nas cúpulas militares, pois no dia seguinte, o Golpe Civil-Militar iria se concretizar⁴⁸.

Na obra “Ditadura e Democracia no Brasil”, de Daniel Aarão Reis, o próprio faz um resgate a História política do país, dialogando sobre os primórdios da ditadura até o inseguro processo de construção de uma democracia, na qual havia pressões sociais e políticas muito presentes em seu entorno. Daniel Aarão Reis considerou que houveram análises precipitadas acerca da conjuntura social e política brasileira, e que concomitante a isso levou as lideranças a acreditar que era a hora certa para lançar-se ao ataque e conquistar novas frentes, em março de 1964.⁴⁹ Integralmente na obra, Reis problematiza as visões sobre o Golpe, destacando temas importantes que necessitariam de estudos mais direcionados, a exemplo dos últimos dias de março de 1964.

1.3 A Estruturação da Ditadura Brasileira

O historiador Carlos Fico discute em seu texto “Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas” sobre os processos historiográficos da ditadura militar, levando ênfase a pontos como o revisionismo por parte de historiadores marxistas e pontuações acerca da abordagem supérflua da relação entre História e Memória. O autor aborda questões como determinados períodos da historiografia em que a postura de João Goulart foi tratada como esquerdista e golpista, dando a entender que a reação ditatorial foi uma resposta da burguesia aos supostos envolvimento de Jango com o comunismo⁵⁰.

Na altura do dia 31 de março de 1964, é iniciada a movimentação das tropas sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, partindo de Juiz de Fora, Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro, antecipando o golpe que estava marcado para o dia 2 de abril. Diversas outras zonas militares e governadores do Brasil mostraram imediato apoio ao golpe, e a população foi incentivada via rádio para apoiar o acontecimento, sendo tratada com violência qualquer forma de resistência em favor de João Goulart, principalmente visando

⁴⁸ CHIAVENATO, 1994, p. 46-47.

⁴⁹ REIS, 2014, p. 39.

⁵⁰ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

líderes esquerdistas que foram presos e em alguns casos mortos⁵¹. Mesmo com o golpe iniciado, Jango permaneceu no Rio de Janeiro durante todo o dia 31 de março, viajando para Brasília na manhã do dia seguinte.

Até o presente momento, a mobilização em desfavor a Jango ainda não tinha sido totalmente apoiada pelo exército, Tal cenário só se modificou na madrugada entre o icônico 31 de março e o primeiro dia do mês de abril. Esse fato foi elucidado por Elio Gaspari em livro na citação: “O Exército, que no dia 31 dormira janguista, acordaria revolucionário, mas sairia da cama aos poucos. [...] Começara, de fato, um gigantesco Dia da Mentira”⁵². O enfoque para a questão simbólica do primeiro de abril como o dia da mentira se dá pelo fato que a narrativa militar acerca do movimento revolucionário teve sua data falseada, atribuindo o golpe militar para o último dia de março⁵³.

Com perceptível falta de segurança, Goulart decide ir para Porto Alegre e, neste contexto, o presidente do Congresso Nacional, o senador Auro de Moura Andrade declara vaga a presidência da República. No fato foi empossado novamente como presidente Ranieri Mazzilli, ainda presidente da Câmara. Esse gesto de cunho inconstitucional caracterizou a deposição de Jango e o Golpe de Estado foi sacramentado. Apesar de repulsa por parte de políticos do Rio Grande do Sul, que apoiavam Goulart, inclusive Leonel Brizola, Jango decide aceitar sua deposição e se exila no Uruguai no dia 4 de abril, onde permaneceu até falecer doze anos depois⁵⁴.

Neste contexto, imediatamente após a queda de João Goulart, os grupos de ação militar mobilizados pela direita, buscaram destruir e desorganizar as ações esquerdistas, sendo que várias ações repressivas foram tornadas comuns naqueles dias. Qualquer tipo de material encontrado em bibliotecas ou livrarias que pudesse ser caracterizado como de cunho subversivo e de incitação ao comunismo foi imediatamente destruído. Ademais, diversas pessoas caracterizadas como comunistas foram presas, mesmo sem prova aparente, sendo que muitas dessas acusações proviam de desavenças e razões pessoais⁵⁵.

A repercussão do golpe militar gerou uma nova Marcha da Família com Deus pela Liberdade, sendo que essa passeata serviu mesmo para se comemorar a vitória dos golpistas, tendo a presença dos principais articuladores da tomada de poder militar e foi estimado na época que cerca de 1 milhão de pessoas participaram do movimento. A tomada de poder dos

⁵¹ ABREU, 2011, p. 20-22.

⁵² GASPARI, Elio. *As ilusões armadas Vol.1 - A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 97.

⁵³ GASPARI, 2002, p. 97.

⁵⁴ ABREU, 2011, p. 23.

⁵⁵ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 334.

militares foi muito bem vista na política norte-americana, que enviou um telegrama saudando o novo governo que se instaura no Brasil. Outro fator preponderante foi o apoio da Igreja Católica aos militares, principalmente no conturbado mês de Março. A Igreja a partir da década de 50, passou a se preocupar politicamente com as ameaças comunistas, temendo perder fiéis e viu na deposição de Jango uma forma de eliminar essa ameaça do Brasil e da própria Igreja. Diversos bispos e membros da alta cúpula Católica foram responsáveis por designar apoio às causas militares e também da direita. Entretanto, é importante ressaltar a atuação da Ordem dos Dominicanos na luta contra a Ditadura Militar, que será tratada posteriormente⁵⁶.

Em caráter conclusivo, é possível afirmar que os grupos de esquerda ficaram sufocados pela ação rápida e violenta dos grupos de direita e militares, levando ao desfecho que o apoio das forças populares que Jango acreditava ter, na verdade se mostrou muito frágil diante de uma situação real, sendo que a própria direita se mostrou surpresa diante à fragilidade dos grupos esquerdistas. A partir deste momento iniciava-se um novo período na história nacional, que certamente foi um divisor de águas para o país⁵⁷.

A partir da chegada ao poder dos militares, foi empossado como presidente o Marechal Humberto Castello Branco e a partir disso, o autoritarismo tomou conta de vários setores nacionais, pois esta intervenção militar não foi apenas uma deposição de um presidente, mas além disso, as Forças Armadas assumiram de fato o poder político do país. Em primeira instância, foi instaurada a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética, em decorrência do contexto internacional da Guerra Fria, buscando combater principalmente o que ficou conhecido como a “Guerra Revolucionária” dentro do território nacional.

Foi caracterizado de “Guerra Revolucionária” a luta contra a ação comunista em território nacional, visto que passaram a ser considerados inimigos internos no governo militar. A partir desse contexto no viés da Segurança Nacional, foi considerada subversiva qualquer atitude que externalizassem os problemas sociais enfrentados na nação, como, por exemplo, incitar greves ou reivindicar melhores salários, pois se acreditava que essas ações

⁵⁶ CHAVES, Eduardo dos Santos. A História do 31 de Março pelo Exército - as memórias de um passado. In: *X Encontro Estadual de História*, 2010, Santa Maria-RS: O Brasil no sul : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010. Porto Alegre: ANPUH, 2010. v. 1. p. 9-11.

⁵⁷ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 334.

vinham em paralelo com a defesa de uma ideologia comunista para manipular a população e criar tensões sociais, que se qualificaram como uma ameaça à Segurança Nacional⁵⁸.

Partindo para outra perspectiva de análise, a promulgação dos Atos Institucionais foram de suma importância para o processo de legitimação de poder por parte dos militares, buscando principalmente uma legitimidade democrática. A criação do Ato Institucional nº 1 (AI-1) limitou arduamente a atuação do Congresso Nacional nas bases governamentais, sendo um ensaio da repressão que posteriormente viria a se instaurar. Ademais, o poder Executivo foi amplamente aumentado para as mãos presidenciais que ficaram a cargo de Castello Branco por via de eleições indiretas e, a partir disso, o novo presidente poderia executar diversas ações, como por exemplo, a criação de emendas constitucionais, cassação de direitos políticos de parlamentares e também ações em questões econômicas, dentre outras⁵⁹.

A formulação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) trouxe ainda mais restrições ao poder Legislativo, em contrapartida ao Executivo, que teve suas bases novamente aumentadas. O governo estabeleceu decretos para a fundação de novos partidos políticos, sendo criados, a partir disso, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio aos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição criado para reforçar o imaginário democrático com a existência de uma oposição legal para que o governo militar não fosse caracterizado como um regime Totalitário, visando a própria legitimação do seu governo⁶⁰.

Por conseguinte, veio o Ato Institucional nº3 (AI-3), que delegava voto nominal para os cargos de governador e sendo permitido a esses a nomeação dos prefeitos das capitais estaduais, tendo o objetivo de conseguir o controle dos principais estados do país, evitando que os mesmos fossem reconfigurados pela oposição por eleições diretas. Nesse âmbito, houve o fechamento do Congresso Nacional e o governo militar se viu confortável para elaborar uma nova Constituição Nacional, que seria o último esforço para legitimar de vez o poder militar no Brasil. Para conseguir exercer a legitimidade da Constituição era preciso a ação do Legislativo e do Congresso, que foi convocado extraordinariamente por via do Ato Institucional nº 4 (AI-4)⁶¹.

⁵⁸ BRUZIGUESSI, Bruno. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política [online]*. Juiz de Fora-MG: v. 2, n. 1, 2014. p. 58-59. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311/3482>> . Acesso em: 07 jan. 2019.

⁵⁹ BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. *Revista Justiça Do Direito*, 29(3). Justiça do Direito (UPF), v. 29, n. 3, set./dez. 2015. p. 593-595. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/3826>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

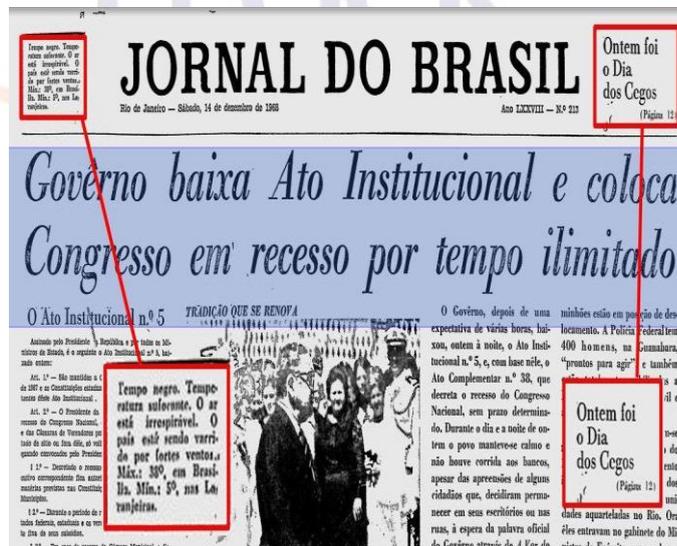
⁶⁰ BECHARA; RODRIGUES, 2015, p. 596-597.

⁶¹ BECHARA; RODRIGUES, 2015, p. 597-598.

Em 1967, a nova Constituição instaurou com propriedade o caráter autoritário que veio sendo constituído, dando plenos poderes ao Executivo e limitando cada vez mais o Congresso, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, além dos governos estaduais, deixando praticamente todas as funções nacionais nas mãos do presidente da República. Porém, mesmo com o caráter autoritário, os militares insistiam em buscar um imaginário democrático, que acabou levando a Constituição a ser caracterizada como contraditória. A partir disso, foi instaurado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que legitimou a parcela mais autoritária e repressiva do regime militar, como citado por Zuenir Ventura em vista de um exemplar do jornal da manhã seguinte ao AI-5⁶².

No dia 14 de dezembro de 1968, os leitores mais atentos do Jornal do Brasil puderam perceber que o jornal apresentava mudanças. Apesar do sol de dezembro, por exemplo, a previsão meteorológica anunciava no alto da primeira página, à esquerda: ‘Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos’. Pela primeira vez, no lugar dos editoriais, eram publicadas fotos: na maior, um lutador de judô, gigante, dominando um garoto. O título da foto: ‘Força hercúlea’⁶³.

Figura 5 – Capa do Jornal do Brasil do dia 14 de dezembro de 1968⁶⁴



O Ato Institucional nº 5 foi colocado em prática em 13 de dezembro de 1968 e não fixava prazo para se manter vigente. O AI-5 permitiu plenas atribuições do poder Executivo e ocorreu de vez o fechamento do Congresso Nacional, permitindo que diversos outros Atos Institucionais fossem instaurados sem nenhuma filtrabilidade, assim como diversos decretos e

⁶² DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 344-345.

⁶³ VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 288-289.

⁶⁴ Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/estadao-na-escola/2019/11/07/jornais-da-epoca-ajudam-a-discutir-o-ai-5-na-sala-de-aula/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

leis que aumentaram a repressão militar, como a suspensão do direito de habeas corpus, estabelecimento de censura nas escolas e universidades, bem como na imprensa e rádio, sendo também facilitadas questões como o exílio de pessoas consideradas perigosas e a vigência de questões como pena de morte e prisão perpétua⁶⁵.

Passando para o contexto mundial no período de domínio dos militares no Brasil, movimentos jovens de contracultura tornaram-se mundialmente comuns, que objetivavam contestar o modo de vida tradicional e prezar pelas liberdades individuais. Correntes como o Movimento Feminista ganharam muita força nessa época, sendo muito apoiadas pelas artes, principalmente a música. Um grande exemplo do movimento de contracultura foi o festival de Woodstock em 1969, nos Estados Unidos, que combatia a sociedade conservadora levantando uma bandeira Hippie. O período final do contexto da Guerra Fria ficou marcado mundialmente por diversas mudanças no contexto de várias regiões, sendo que focos de resistência também estiveram amplamente presentes no contexto brasileiro, sendo pela música, pela oposição política e, ainda, pela oposição de grupos da Igreja⁶⁶. Assim, é relevante pontuar que, a década de 60, convergiu em si todo o dinamismo da Guerra Fria, desde os aparelhos de repressão à ideia comunista, como o reforço do sentimento jovem, de resistência.

Assim, os fatos apresentados, emolduram uma ideia dos pensamentos e ações que caracterizaram a segunda metade do século XX, principalmente, a construção de governos autoritários como forma de preservar os interesses capitalistas e, por consequência, o medo erigido sobre os setores de esquerda. Logo, nesse âmbito, é que no Brasil, para além dos intelectuais, críticos jornalísticos, membros mais intensos da sociedade civil passaram a questionar a paralisia social frente ao avanço dos cerceamentos e, conjugados com um espírito jovem e libertário, passaram a estimular uma ação mais direta, incisiva e, por vezes, violenta: A luta armada.

Exatamente, por essas razões e, nesse plano que, jovens membros da Ordem dos Dominicanos, inflamados pela àurea libertária de sua época e, entendendo a religião mais que símbolos, em contato com a ANL e Carlos Marighella, passaram a corroborar com a luta armada e uma oposição as repressões do aparelho estatal.

É interessante analisarmos através da cronologia dos fatos apresentados que, a articulação de um golpe de Estado no Brasil, não foi um fator isolado e particular, diante das

⁶⁵ BECHARA; RODRIGUES, 2015, p. 598.

⁶⁶ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 336-337.

tensões políticas e ideológicas que eram difundidas no mundo, o país estava inserido no contexto dessas agitações.

Portanto, uma organização da sociedade, polarizada em grupos que se reconheciam em certas ideias ou projetos de governo acabaram por articular segmentos distintos dessa mesma sociedade, sendo que, enquanto os grupos mais tradicionais e conservadores, tendo nota o empresariado, latifundiários, grandes corporações financeiras, exército, EUA e segmentos de cúpula do catolicismo que vislumbravam nas possíveis reformas sociais uma ameaça a desordem; setores considerados marginalizados, como operários, intelectuais, trabalhadores rurais e, a juventude em grande medida entendiam a necessidade de resistir a esse momento.

Diante dessa realidade, abre-se uma fissura no tecido social e antagônicos grupos começam a arquitetar formas de defesa dos seus interesses e ideologias. Perante a todo esse quadro, surgem grupos de resistência civil armada e, grupos internos a instituições diversas, como religiosas, por exemplo, para objeto desse trabalho: A Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella e um grupo de jovens freis da Ordem dos Dominicanos, em São Paulo.

2 OS DOMINICANOS E CARLOS MARIGHELLA

Diante dos fatores apresentados e das articulações e polarizações ideológicas vividas no Brasil e no mundo, a Igreja Católica, não se manteve distante e alheia a essas discussões. Como reflexo, uma parte considerável da cúpula eclesiástica aderiu ao discurso que legitimou o golpe civil-militar atentando para impedir o avanço de ações radicais e de crítica ao ideal capitalista.

Um dos maiores símbolos das contradições e pluralidades de interpretações sobre esse tempo foi observado no Concílio Vaticano II e, abriu espaço para que as demandas do tempo em questão fossem amplamente debatidas em prol do universo social.

Ademais, é pungente destacar que, a Ordem dos Dominicanos, em São Paulo, mais notadamente, um grupo de jovens freis liderados por Frei Betto e Tito, mais do que uma defesa social dos oprimidos e das liberdades e luta contra a opressão, buscaram uma atuação direta e de confronto com o governo autoritário.

Assim, em aproximação com a Luta Armada, entraram em contato com A Aliança Libertadora Nacional e Carlos Marighella, objetivando reagir de maneira efetiva e, de fato, presente em busca do ideal de uma fé transformadora.

Portanto, é interessante tecermos uma análise de quais maneiras e circunstâncias foram promovidas as atuações de resistência entre esses agentes históricos apresentados e, a rfeligião como traço de construção da realidade.

2.1 As disputas no interior do catolicismo brasileiro no contexto da Guerra Fria

A Igreja, como instituição viva e, a Ordem dos Dominicanos, em especial, os jovens Dominicanos, refletiram um “espírito de sua época”, afinal, diante de um momento de extremos que foi a Guerra Fria e as ditaduras latino-amaericanas, não é uma excentricidade associar o papel do catolicismo, desde históricos processos colonizadores, a um plano de atuação social, cultural e político, além do campo propriamente religioso, assim, diante de pluralísticas formas de manifestação e reação, os Dominicanos buscaram a via direta da resistência, uma conexão com o marxismo e a liderança de Carlos Marighela e a ANL. Porém, é imprescindível para chegarmos a tal objeto de análise, conhecer as modificações de pensamentos e ações, propriamente, vividos pela Igreja Católica nesse cenário.

Neste contexto, é evidente que a Igreja assume diferentes papéis no período ditatorial que será abordado a posteriori, de um inicial apoio a uma oposição forte em algumas conjunturas, tendo a já citada necessidade de preservação de seus interesses institucionais como um fator muitas vezes determinante para tais conversões. Trazendo por um momento a discussão para décadas antes do golpe civil-militar, é perceptível que a instituição católica passa a corroborar com a questão social, como os movimentos com as Ligas Camponesas e outras menções a exemplo de movimentos com a Juventude Católica em âmbito universitário e operário, usando de um discurso crítico e atribuindo responsabilidades políticas à Igreja Católica⁶⁷.

Outrossim, o que é perceptível na historiografia brasileira sobre o fenômeno do anticomunismo, é de uma óbvia oposição sistemática a essa ideologia manifestando-se através de diferentes formas, sejam propagandas, manifestações, controle e ação militar ou mesmo pregações religiosas. Tudo isso enfoca o que é conhecido como imaginário anticomunista, a fim de bloqueá-lo. Nessa perspectiva, tratando-se do contexto religioso do recorte a ser tratado, buscamos entender como o comunismo nessa sociedade era representado e de onde eram focalizadas suas ações, tratando ainda a respeito de quais perigos representaria para a sociedade brasileira e quais alicerces os conectam com o chamado comunismo internacional, configurado especialmente pela União Soviética, à época uma das maiores potências mundiais⁶⁸.

Naturalmente, a ligação que fizemos de um “imaginário anticomunista”, citado no parágrafo anterior, é fácil que se remeta essas associações ao desenvolvimento de símbolos que possam ser integrados mais facilmente à sociedade, de forma clara e precisa, e usar da ignorância da maioria para implantar nesse meio social uma nova ideologia, que age por cima da ideologia anterior através do medo e da afirmação, além de uma clara configuração do mal, das figuras diabólicas como sedutoras as tentações humanas⁶⁹.

Efetivamente, no que se refere à discussão do uso de representações, símbolos, expressões, trazendo-os ao nosso contexto, é possível afirmar que o comunismo no Brasil era associado ao inferno, ou situações pouco agradáveis aos olhos católicos, relacionando ainda

⁶⁷ SANTOS, Andréa C.. Entre vozes e silêncio: O jornalismo de A Tarde durante o regime militar (1968-1972). In: *4º Encontro Nacional de História da Mídia*, 2006, São Luís: 4º Encontro Nacional de História da Mídia: A luta pela Liberdade de Imprensa -Revisão Crítica dos 300 anos de censura, 2006.

⁶⁸ RODEGHERO, C. S.. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil no anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História (online)*, São Paulo: v. 22, n.44, p. 464, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200010>. Acesso em: 26 abr. 2019.

⁶⁹ VERONEZI Cappellari, Marcia Schmitt. A Arte da Idade Média como Construtora de um Conceito Visual de Mal. *Mirabilia (Online)*. Vitória:, v. 12, p. 175-188, 2011. Disponível em:<<https://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283177/371087>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

comunistas ao demônio, o que prova mais uma vez a apelação do uso de símbolos como caráter de resignificação da sociedade. Representações dos comunistas como abutres, serpentes, vermes e ícones relacionados também à doença e à aversão ao estrangeiro também podem ser notados nesse momento como a explicitação física do que tratamos acima como o imaginário anticomunista⁷⁰.

Outra adequação cabível da repugnância ao bolchevismo é estar sempre as relacionando a perseguições e à ilegalidade, fato que aconteceu no Brasil em alguns governos pré-ditadura, como, por exemplo, no Período Populista Democrático (1946-1964), que logo em seus primórdios, no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi autoritariamente colocado na ilegalidade e seus membros e associados expurgados de seus cargos públicos, sofrendo perseguições governamentais, que foram provenientes de um alinhamento brasileiro as políticas estadunidenses da Guerra Fria, mostrando além de um contexto religioso, a caracterização governamental de que o Brasil procurava se abster de todos os lados de uma interpretação comunista⁷¹.

Com o intuito de materializar o que tratamos anteriormente sobre o uso de imagens e ícones, foi bastante comum associá-las às Insurreições de 1935, um evento sui generis liderado por Luiz Carlos Prestes: A Intentona Comunista. Consoante a isso, irrompe em novembro do ano citado uma série de revoltas simultâneas no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com o aval da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e participantes do Partido Comunista do Brasil⁷². Esse movimento trouxe consigo os receios sobre uma possível tomada de poder pelos comunistas no Brasil, que pode ser melhor exemplificado neste excerto:

Esses episódios, relacionados à resistência dos ‘coronéis’ do interior do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, fazem suspeitar que o recente movimento pelo desarmamento dos cidadãos, que inclusive levou a Nação a um plebiscito, tenha por real objetivo desarmar os fazendeiros e proprietários de terras, deixando livre o MST (Movimento dos Sem Terra) para uma ação revolucionária campesina quando lhe for oportuno (...) estejamos certos de que o movimento comunista vai tentar novamente a tomada do poder no Brasil, agora com novas concepções revolucionárias.⁷³

⁷⁰ RODEGHERO, 2002, p. 464 - 465.

⁷¹ DOMINGUES; FIUSA, 1996, p. 280-281.

⁷² OLIVEIRA, N. V.. A intentona comunista na Bibliex: Em Guarda contra o comunismo. Rio de Janeiro: XIV Encontro Regional da Anpuh - Rio (online). 2010. p. 1-9. Disponível em: <http://encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732226_ARQUIVO_AIntentonaComunistanaBibliex.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

⁷³ COUTINHO, Sergio A. de A. A Intentona Comunista de 1935: Um intento insensato. *Revista do Clube Militar (online)*, 2008. p. 6-7.

O uso da violência e episódios como saques a bancos e lojas foram as principais estratégias adotadas nesse movimento que buscava desestabilizar o então Presidente Getúlio Vargas. Entretanto, ao falhar serviu apenas como pretexto para a instauração do Estado Novo, mas ainda sim torna-se importante para nós como exemplificação do combate ideológico que se criou sobre o imaginário anticomunista nas décadas posteriores a este fato⁷⁴.

Figura 6 – Luiz Carlos Prestes e a Insurreição Comunista de 1935⁷⁵



A oposição travada ao comunismo também teve um caráter de afirmação ideológica quando se analisa a situação sob a óptica de instituições como o Exército e a Igreja Católica, ambos podem ser exemplificados como utilizadores deste embate político-ideológico para reforçar a sua própria identidade e identificação com as massas, além de obter reconhecimento interna e externa. Nesse contexto, a imagem que se criou do que também foi chamado de “perigo vermelho” deve ser questionada, no que tange ao real risco que essa massa comunista oferecia, ou até em que ponto essa luta que foi idealizada por meio do discurso anticomunista não serviu apenas como forma de fortalecer o discurso vigente e trazer o embate como um dever da sociedade como um todo⁷⁶.

Sob o mesmo ponto de vista, colocamos um destaque à Igreja Católica no âmbito do combate ao comunismo em território brasileiro, sendo uma das mais atuantes instituições e também com um enorme alcance e influência na sociedade. A Igreja Católica era capaz de alcançar massas que o Estado ou mesmo outros órgãos que aderiram à luta anticomunista, não

⁷⁴ OLIVEIRA, 2010, p. 1-9.

⁷⁵ Disponível em: <<http://mestresdahistoria.blogspot.com/2012/06/uma-leitura-da-era-vargas-atraves-das.html>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

⁷⁶ RODEGHERO, 2002, p. 465 - 466.

estavam engajados o suficiente para alcançar, mas a força do discurso religioso se mostrou mais uma vez um mecanismo eficiente para o alcance das massas. Ademais, a Igreja também se beneficiava das boas relações que mantinha com as associações dominantes, em suma, o Governo. Isso permitiu que suas ações não tivessem nenhuma reação contrária, em princípio, por estarem engajadas em uma mesma linha de raciocínio do Estado⁷⁷.

Visto isso, autoridades católicas se encontravam livres para executar qualquer pronunciamento, mesmo que possuísse viés ideológico, pois a ideologia estava a favor do Estado, e a luta contra o perigo vermelho também se instituiu em escolas, grupos da Ação Católica, fundada durante o governo Vargas e coordenada por Dom Sebastião Leme, propõe um novo modelo para a organização institucional da Igreja. Surgem grupos ligados à Ação Católica (AC), chamados de “Juventudes Católicas” (JCs), a primeira a ser criada nesse mesmo ano é a Juventude Operária Católica (JOC). Em 1950 surge a Juventude Agrária Católica (JAC), depois a Juventude Estudantil Católica (JEC), seguindo a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Independente Católica (JIC); na formação de novos padres em seminários, e ainda circulava nos jornais, revistas, rádios e nos meios de comunicação, em geral, de forma livre e arbitrária. Missas especiais com pregações de cunho anticomunista também se tornaram parte natural da sociedade religiosa, instigando a população a ir para as ruas, pedindo a proteção divina contra a ameaça que se representava a ideologia comunista⁷⁸.

A partir do advento da Ditadura Militar brasileira, correspondente ao período de 1964 à 1985, as duas instituições (Estado e Igreja Católica), que acumulavam um bom relacionamento, passaram a ter uma ameaça de rompimento de relações, botando em xeque a aliança criada. Neste contexto, é preciso compreender a oposição que foi criada entre correntes teológicas progressistas, e dogmas de viés integrista na Igreja⁷⁹.

2.2 A Ordem dos Dominicanos e o engajamento na luta armada

Haja vista a discussão anterior, é pertinente começar esse tópico a partir de um dos maiores e mais importantes acontecimentos da Igreja Católica no século XX: o “Concílio

⁷⁷ Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340745962_ARQUIVO_texto_anpu1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

⁷⁸ RODEGHERO, 2002, p. 466.

⁷⁹ NIERO, S.; Fernandes, S. . Produção intelectual católica: divergências entre progressistas e integristas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Porto Alegre: *CIENCIAS SOCIALES Y RELIGIÓN / CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO*, v. 19, n. 26, p. 167-168. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/CienciasSociaisEReligiao/article/download/.../43726>>. Acesso em 02 mai. 2019.

Ecumênico Vaticano II”, evocado também como um dos mais lembrados feitos do pontificado do Papa João XXIII e que, trouxe imensas renovações para a atuação de setores intrínsecos ao catolicismo, que estava cada vez mais engajado nos contextos brasileiros de Ditadura Militar e da luta armada, como posteriormente será trabalhado. Ademais, Concílios no âmbito da Igreja Católica são assembleia que contam com a presença de bispos do mundo inteiro ou uma representação deles que visam esclarecer questões relacionadas à vida prática da Igreja, à moral ou à fé cristã⁸⁰.

Outrossim, esse concílio torna-se marcante, em especial pelo seu caráter inovador em relação a outras realizadas anteriormente, visto que busca abrir uma conversa entre a Igreja e a modernidade, em detrimento aos antecessores com foco em questões de contexto doutrinário. Claramente o Concílio Vaticano II foi um respiro em busca de renovação para que a Instituição não sucumbisse ao mundo moderno. Ademais, em um contexto histórico abrangente, esse Concílio representa uma transgressão ao Concílio Vaticano I, realizado no século XIX e, que aquela altura tinha um caráter tradicional, negando as ideias da modernidade e dando origem a um descompaço entre a Igreja e os caminhos trilhados pela humanidade⁸¹.

Além disso, “Vaticano II” não busca entrar em conflito com o mundo moderno e as questões que o rodeiam, ao contrário, busca uma compreensão do contexto mundial em sua essência para praticar o evangelho e a práxis da doutrina Católica de forma mais eficaz, objetivando o evento como forma de estabelecer o diálogo não somente com o universo católico, mas também com culturas diversas, convidando inclusive, outras igrejas para acompanharem tais discussões⁸².

Nesse âmbito, outras demandas, visando à interlocução e uma comunicação mais eficiente com os fiéis, também foram atendidas, como a não utilização do latim como língua oficial nas missas, utilizando o idioma local e a retirada do foco completo do sacerdote, praticando a valorização da participação dos religiosos na cerimônia. Todas essas demandas visam à suscetibilidade do Concílio Vaticano II como um instrumento de reforma interna da Igreja Católica, que gerou de forma inconsciente ascensões significativas para o contexto brasileiro da Ditadura Militar, por meio da popularização da Ação Católica mais ligada ao

⁸⁰ LUCENA, Paola Lili. “*Nenhum lar sem o lar católico!*”: discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal *Lar Católico* (1954- 1986). Juiz de Fora: Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011. p. 43-44.

⁸¹ LUCENA, 2011, p. 44.

⁸² SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: BOMBONATTO, V. I.; LOPES, P. S. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 17-33.

meio social desfavorecido e a questões da miséria e movimentos sociais⁸³. Ainda nesta voga, entraremos posteriormente na ascensão da Ordem Dominicana, expressada grandemente na figura de Frei Betto.

Figura 7 - Imagem de uma das sessões do Concílio Vaticano II⁸⁴



Sob o mesmo ponto de vista anterior, o Concílio Vaticano II entra para efetuar uma mudança nessa interpretação, passando a Igreja a atuar mais ativamente nos meios sociais. Organizações como a Ação Católica passaram a atuar no Brasil de forma contundente a partir da década de 30, em um processo de restauração da unidade católica nacional, destacando-se também por dar participação feminina ao movimento, o que era raro a altura⁸⁵.

Posteriormente, no imediato período que antecede o golpe de 1964, a Ação Católica passa a sofrer perseguições, enfraquecendo o seu projeto e mostrando uma falta de maturação por parte da Igreja Católica, subsidiando os projetos políticos daquele momento. Entretanto, em meio a esse contexto de extrema opressão, abriu-se espaço para promover a liberdade de expressão aos fiéis, dando um conceito social à igreja, uma espécie de Igreja do Povo, evangelizando a sociedade em suas bases. A partir desse momento é que se originam movimentos de pastorais vigentes até os dias atuais⁸⁶.

Enfaticamente, com o crescimento das desigualdades sociais em nível nacional, principalmente com os entraves econômicos acontecidos no período populista, surge essa aproximação da Igreja Católica com a questão dos pobres, defendendo uma maior justiça e

⁸³ SANTOS, A. L. *Educação na imprensa católica: as representações do jornal "A Defesa" sobre a formação da juventude (1961-1969)*. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2006. p. 79.

⁸⁴ Disponível em: <<https://opusdei.org/pt-br/article/o-concilio-vaticano-ii/>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

⁸⁵ AZZI, R.; PEREIRA, M. S. *Henrique José Hargreaves: expressão do laicato juizforano*. Juiz de Fora: Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, 2003. p. 270.

⁸⁶ LUCENA, 2011, p. 46.

direitos sociais para os menos favorecidos. Apesar de já ser uma causa presente, essa perspectiva ganhou mais força a partir dos encontros do Concílio Vaticano II, criando um aspecto nessa realização semelhante a um divisor de águas na questão humanitária da Igreja, na preocupação de alas progressistas em criar uma Igreja para os pobres, mesmo havendo complexas relações mundiais de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos⁸⁷.

Dando uma última perspectiva ao contexto mundial, a Igreja também evoca questões humanitárias a países em contexto de subdesenvolvimento, usando da evangelização em favor de criar uma consciência mundial de que é importante reduzir as desigualdades, buscando a paz social. E mesmo que a essa altura a preocupação em se criar uma Igreja dos pobres não fosse unânime, fortalecendo as disputas internas entre progressistas e conservadores, havia uma parcela da igreja disposta a fortalecer a luta por uma instituição católica que cumprisse sua função social⁸⁸.

Nesse desenho político latino-americano e brasileiro, reflexos foram observados de maneira evidente, principalmente no que tange ao surgimento de uma forte ideologia que tomou conta da segunda metade do século XX, a denominada Teologia da Libertação, que foi um grande passo da Igreja em favor da sociedade, não restringindo sua ação a aspectos puramente espirituais. No Brasil, fortemente marcado pelo imaginário da luta contra o comunismo, visões promovidas por esse caráter de tentar se aproximar da população mais economicamente desfavorecida eram vistas de forma subversiva pelo governo, agora militar. A adoção de uma predileção aos pobres era facilmente confundida como uma esquerdização da Igreja, gerando conflitos ainda mais degradantes⁸⁹.

Na perspectiva brasileira, o que se deve destacar quando falamos da repressão sofrida na Ditadura Militar pela ala progressista dentro da Igreja Católica, foi a participação dos jovens da Ordem dos Dominicanos, no contexto da luta armada contra a ditadura no Brasil. A obra “Batismo de Sangue”, de Frei Betto, expressa-se em um relato jornalístico do que foi a participação desses jovens, engajados no já mencionado movimento e resistência à opressão dos governos militares e também de membros da ala conservadora da própria Igreja Católica, que àquela altura ofertava um apoio fidedigno à causa dos militares⁹⁰.

⁸⁷ CARVALHAL, J. P. *A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986)*. 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2007.

⁸⁸ GUTIÉRREZ, G. O Concílio Vaticano II na América Latina. In: BEOZZO, J. O. (Org.). *O Vaticano II e a Igreja Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985.

⁸⁹ LUCENA, 2011, p. 52-54.

⁹⁰ FEIJÓ, Sara C. D. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue*. Universidade de São Paulo, Mestrado, Brasil, 2011. p. 62-63.

Outrossim, a imprensa nacional da época contribuiu de forma contundente em desfavor aos Dominicanos, tendo como o exemplo o Jornal “O Estado de S. Paulo”, que em um de seus editoriais pediu de forma clara a expulsão da Ordem dos Dominicanos do Brasil, dizendo que de católicos aqueles jovens não tinham muita coisa e que suas atitudes não estavam condizentes com os dogmas do catolicismo. Outra questão em torno das grandes transgressões que os Dominicanos chegaram a sofrer, principalmente por parte da imprensa, foi quando, em 1967, intensificaram seu contato com Carlos Marighella, passando a ser apoiadores da Ação Libertadora Nacional (ALN), que é amplamente abordado no livro de autoria de Frei Betto⁹¹.

Como o Brasil dos anos 80, Batismo de Sangue (BS) tateia no escuro em direção à saída da caverna da Ditadura Militar. Nesse caminho, configura-se como livro que deliberadamente mistura gêneros. Faz circular no jornalístico e no historiográfico as seivas do biográfico, do ficcional e do ensaístico. No transcurso, submete o leitor a verdadeira pletora de linguagens e de gêneros. Tal mistura faz sentido. O autor quer com ela produzir seiva nova para organismo novo – isto é, gênero novo para a nova esfera pública brasileira que, nos anos 80, se ensaia por oposição à lógica violenta da Ditadura. Gênero e esfera em que até os mortos podem ter voz, [...]. Nesses termos, BS é pioneiro e corajoso. Publicado em 1982 é produto direto da Abertura Democrática, implementada a partir de 1979 no Brasil. Como alguns outros livros (dentre eles *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira) procura dar respostas ao presente democrático refletindo sobre o passado autoritário. Nele, o autor, Frei Betto, frade dominicano, ex-militante de organização clandestina, se propõe vir a público narrar história controversa: a morte do líder guerrilheiro de esquerda Carlos Marighella. Fato que envolvia, dentre outros, a cooperação de frades dominicanos, colegas do autor⁹².

No Brasil, a atuação dos Dominicanos começou ao final do século XIX, vindo de origem francesa e tendo se instalado inicialmente em Goiás e depois Minas Gerais. Com o aumento significativo de movimentos sociais na sociedade brasileira a partir de 1960, incluindo a Igreja Católica (principalmente após o Concílio Vaticano II), surgem grupos ligados à movimentos esquerdistas, enquanto a alta cúpula em geral se ligava aos grupos mais conservadores, provando que a Igreja já estava nesse momento dividida no tocante às diretrizes políticas⁹³.

⁹¹ FEIJÓ, 2011, p. 63.

⁹² PEREIRA, Rogério Silva. Inaugurando o Brasil Contemporâneo: “Batismo de Sangue”, gênero híbrido? In.: *XI Concurso Internacional da ABRALIC*. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/081/ROGERIO_PEREIRA.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁹³ STEPAN, Alfred. O Impacto das crises políticas e econômicas sobre as Forças Armadas: Expansão dos Temores Institucionais, 1961-1964. in: *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Ed Artenova, 1975. *Apud* Einaudi, Fleet e Maullin, 1969, p. 114.

A Igreja Católica começa a abandonar sua tradicional posição política reacionária e investia no movimento estudantil, no movimento operário e camponês, na educação de base. Seu braço mais politizado era a Ação Popular (AP), um desdobramento da Juventude Universitária Católica (JUC)⁹⁴

Nesta perspectiva, os grupos que costumeiramente ingressaram nas lutas sociais era geralmente formados por estudantes, grande parte pertencente à burguesia menor. Os jovens encontravam em grupos como esse um espaço dotado de liberdade para discutirem sobre questões sociais, principalmente em problemas oriundos à classe mais baixa, pois o governo militar até o momento não adotava o mesmo caráter restritivo com a Igreja ainda. A partir do Governo dos Militares, esses grupos passaram a não servir apenas para debates, mas sim para a ativa participação política⁹⁵. Como apontava Frei Betto:

Nascera por iniciativa da JUC, no início dos anos 60. Em seus primórdios apresentara-se como uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo. Como a Ação Católica atuava por mandato direto dos bispos – o que limitava a inserção de seus militantes na política, já que a hierarquia não podia responder pelas opções partidárias e ideológicas que eles assumiram, a Ação Popular surgiu como o instrumento independente adequado à atividade política. Às vésperas do golpe militar, a AP começou a superar sua origem reformista, aprofundando-se sempre mais na teoria marxista e abandonando a idéia de que a fé cristã é matriz de uma filosofia da história. No governo João Goulart, alguns de seus dirigentes ocuparam postos importantes, mormente no Ministério da Educação. Após o golpe, a AP passou à clandestinidade e seus militantes ficaram na mira dos órgãos de segurança⁹⁶.

Tendo em vista o contexto ditatorial que o Brasil estava por enfrentar, buscaremos entender e exemplificar como os jovens religiosos da Ordem Dominicana, retratadas no livro *Batismo de Sangue*, agiram no contexto político nacional, atentando também o engajamento na luta armada e a associação com Carlos Marighella. Embora a maioria dos bispos e a alta hierarquia da Igreja Católica tivessem apoiado o golpe militar de 1964, uma minoria se colocava claramente contra o governo.

2.3 A repressão do Estado e o fim da luta armada

Em vista de reconstruir o caminho trilhado pela Ordem dos Dominicanos no Brasil, é preciso entender como foi que os jovens frades entraram na luta armada contra o governo Ditatorial Militar, passando também detalhadamente por figuras pontuais como Frei Betto e

⁹⁴ CARVALHO, José Murilo. *Marcha acelerada (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 138.

⁹⁵ MOURA, Antônio Carlos. Ação Católica: desenvolvimentismo X socialismo. In: *A Igreja dos oprimidos*. – São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981. p. 21-22.

⁹⁶ BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 1982, p. 86.

Carlos Marighella e suas ações conjuntas envolvendo a Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi um agrupamento comunista do Estado de São Paulo, criado a partir do desmantelamento do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Com o propósito de apresentar a figura de Frei Betto, é preciso entender que de sua personalidade se destacam raros atributos que o levaram a ser capaz de formar e participar ativamente de inúmeras causas, tendo ainda envolvimento com diversos grupos, sejam eles civis sejam religiosos. Tamanha influência em seus meios de atuação levou com que rompesse as barreiras ideológicas, sociais ou políticas, para que viesse a se tornar uma figura extremamente importante para a difusão da Teologia da Libertação no Brasil. Esse papel que Frei Betto exerceu como uma “ponte” entre o campo popular do país e o religioso, percorrendo na Igreja que atuou voltada para o lado social, em conexão com os grupos de esquerda e movimentos sociais, é a chave para se entender o engajamento dos Dominicanos na Luta Armada⁹⁷.

Figura 8 – Frei Betto em discurso defendendo a luta revolucionária ⁹⁸



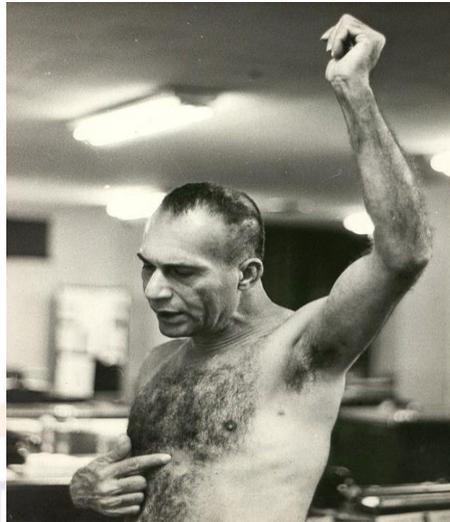
Neste momento, vale destacar que Carlos Marighella nasceu em Salvador em 1911. Desde a década de 1930, encontra-se envolvido na militância comunista e nesta mesma época foi preso pela primeira vez. Marighella foi um dos principais responsáveis por reestruturar o PCB, visto que já era um membro desde seus tempos no curso de Engenharia da Escola Politécnica da Bahia. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, Marighella foi preso e muito

⁹⁷ FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. *Frei Betto, biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 448.

⁹⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/biografia-reconstroi-trajetoria-de-frei-betto-20550095>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

torturado em São Paulo. Na prisão, onde cumpriu mais de cinco anos de cárcere, o cabeça do PCB costumava dar aulas para os colegas de prisão sobre História, Política e Marxismo. Marighella era visto como um líder na cadeia e sua presença teve grande influência na vida dos apoiadores do Comunismo⁹⁹. Na prisão escreve o seu famoso soneto *Liberdade*.

Figura 9 - Carlos Marighella¹⁰⁰



Como anteriormente elucidado, a maioria da alta cúpula da Igreja Católica era aliada do governo militar, porém, os membros progressistas que executavam uma forte oposição ao governo começaram a ser perseguidos, a começar pela Ordem Dominicana. Antes mesmo do golpe militar, a atuação desses setores progressistas da Igreja já estava sendo estudada e vigiada. Consideravam esses grupos muito perigosos por suas associações a ideias marxistas e comunistas. Mesmo com a prisão de alguns padres e religiosos, a Igreja não quis se envolver nesse ativismo que estava se instaurando dentro de seus próprios setores e não queria estar em oposição ao governo¹⁰¹.

Ademais, a grande maioria dos frades dominicanos instalados no convento de Perdizes eram estudantes da Universidade de São Paulo (USP). Quase todos esses jovens já possuíam alguma ligação com a militância comunista nos grupos da Ação Católica. A tradição esquerdista dos Dominicanos já possuía uma ligação anterior mesmo no período militar brasileiro. No contexto da Segunda Guerra Mundial, membros dominicanos ajudaram a

⁹⁹ CANDIDO, Antonio. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://rascunho.com.br/liberdade-de-carlos-marighella/>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

¹⁰¹ RODEGHERO, Carla Simone. *O perigo vermelho: o combate ao comunismo de 1945 a 1964*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 91.

esconder refugiados das autoridades Nazistas. No Brasil, continuaram com o mesmo raciocínio abrigando perseguidos da repressão militar em seus conventos¹⁰².

Ao longo das décadas, excetuando-se o décimo aniversário, em 1974, as datas redondas (1984, 1994 e 2004) do episódio assinalaram um progressivo encolhimento dos que, mesmo com ressalvas, identificavam-se com a ditadura ou a defendiam. Hoje, passado meio século, as forças políticas presentes na sociedade, pelo menos as de maior destaque, condenam a aventura golpista, e não é fácil encontrar alguém que a resgate numa chave positiva.¹⁰³

Os freis dominicanos foram um dos primeiros grupos que havia ligação com a Igreja Católica a se posicionarem abertamente contra o governo, mesmo que isso não acontecesse de forma diretamente explicitada, mas as pequenas ações iam caracterizando essa oposição. Alguns grupos de esquerda que funcionavam clandestinamente passaram a ter acesso também às ajudas que os freis proporcionavam, além de passarem também a se aliar a esses conventos. Em pouco tempo, quase todos os grupos de oposição governamental estavam, a saber, da atuação dos dominicanos, entre eles Carlos Marighella, que já era um revolucionário temido pelas autoridades e acreditava que para obter um sucesso ainda mais alarmante contra o governo era necessário que se fizesse uma aliança com os membros da esquerda católica¹⁰⁴.

O discurso de aproximação que o guerrilheiro buscou fazer com os dominicanos fez com que os mesmos também se aproximassem muito da ALN, e também proporcionou a Marighella que fizesse uma aproximação sutil com a Igreja Católica. Um fator em comum que Marighella possuía com os freis dominicanos era a visão que encaixava a teoria marxista com os dogmas do catolicismo, ou seja, o guerrilheiro esquerdista não buscava uma ruptura com o seio da Igreja Católica para combater os militares. Ao contrário, buscava uma alteração na estrutura vigente da Igreja, que já era promovida mesmo que superficialmente pelos grupos de esquerda que atuavam dentro da Igreja. Em uma carta que o líder Marighella escreveu ao PCB, ele utilizava diversos exemplos de mudanças que já havia sido instituída no catolicismo¹⁰⁵.

É através das dissidências que a História acerta os seus passos. Há um momento em que as possibilidades de uma proposta – religiosa ou política – parecem esgotar-se sob o peso dos anos, da rigidez de seus princípios, da inflexibilidade de sua disciplina, da intransigência de seus dogmas, da prepotência de seus líderes. Como a fonte seca à beira da estrada, incapaz de saciar a sede dos peregrinos que atraiu, a proposta vê-se rejeitada por seus discípulos dispostos a caminhar sem a tutela que

¹⁰² BETTO, 1982, p. 48-55.

¹⁰³ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁰⁴ BETTO, 1982, p. 23.

¹⁰⁵ BETTO, 1982, p. 25-32.

lhes atrasa o passo. Foi o que ocorreu na Palestina do século I, onde o judaísmo, atravancado pelo fundamentalismo moralista dos fariseus e pelo elitismo exclusivista dos saduceus, cindiu-se numa nova, prodigiosa e revolucionária 'seita', cujos membros anunciavam a ressurreição de um jovem crucificado pelos romanos, Jesus de Nazaré. Toda a história da Igreja é como uma teia entrelaçada por experiências místicas e disputas ideológicas, influências culturais e manobras políticas, heresias doutrinárias e inovações pastorais. O centro dessa teia, a fé no Senhor, que permanece intangível. Mas sua extensão em intricados labirintos é, de um lado, sinal da diversidade dos dons do Espírito, e de outro, obra dessa incessante busca que faz do ser humano, em seus anelos de perfeição, o aprendiz de Deus. A dissidência de Paulo quebra o caráter judaizante da primitiva Igreja de Pedro, estendendo-a, como boa nova, aos pagãos, aos limites do Império Romano. Entretanto, opera-se entre os cristãos uma experiência que, embora carregada de exceções, se constitui na chave da unidade básica através dos séculos: a dissidência não significa, necessariamente ruptura (...)¹⁰⁶

Outro fator convergente da doutrina aplicada por Marighella que o aproximava muito dos Dominicanos era o fato de usar a guerrilha para defender as classes menos favorecidas da sociedade, fazendo uma comparação com a origem dos Dominicanos, faz completo sentido essa aproximação em defesa da causa dos oprimidos. Com o aumento da repressão e censura por parte dos militares, essa aproximação se tornou cada vez mais clandestina. No ano de 1969 os dominicanos, principalmente a figura individual de Frei Betto, foram pedidos para que ajudassem alguns perseguidos políticos a fugirem para o Uruguai, promovidos por Carlos Marighella¹⁰⁷.

Muitos que estavam sendo perseguidos eram jovens do meio estudantil que pediam auxílio aos freis dominicanos. Estes eram orientados a se encontrar com os freis em locais pré-determinados, em São Paulo ou Porto Alegre, onde lhes eram explicados os passos que deviam seguir para fugirem para o Uruguai e o que fazer. Muitas pessoas foram ajudadas pelos religiosos a fugir do país. Os dominicanos tinham influência direta nisso, pois para eles esta também era a missão dos cristãos enquanto unidade ajudar e zelar pelas injustiças dos oprimidos¹⁰⁸. Frei Betto escreve em vários trechos esclarecendo a motivação dos religiosos para se envolverem nas questões políticas.

(...) o cristianismo é essencialmente transformador e essa revolução não se limita à história, culmina na transcendência. Jesus anunciou o Reino, a transformação radical deste mundo segundo o projeto libertador (grifo meu) do Pai. Onde há justiça, liberdade e amor, aí estão as sementes do Reino de Deus (...) Jesus assume a identidade dos oprimidos. (...) 'Estive preso e viestes ver-me' (Mateus 25, 35-36). Servir à causa de libertação dos pobres (grifo meu) é servir a Cristo. Uma parte da Igreja afastou-se historicamente da proposta evangélica. Trocou a aliança com o povo pela aliança com o poder. E o capital simbólico da nossa fé foi apropriado pelos opressores. (...) Na América Latina, a religião cristã não

¹⁰⁶ BETTO, 1982, p. 28-29.

¹⁰⁷ BETTO, 1982, p. 57.

¹⁰⁸ BETTO, 1982, p. 59-60.

seria mais o ópio do povo e o ócio da burguesia. Seria, sim, sinal de contradição, pedra de escândalo, fogo que queima e aludia, espada que divide. Já não se poderia servir a Deus e ao dinheiro¹⁰⁹.

Em uma entrevista de Frei Betto ao jornal Folha de S. Paulo, ele conta em detalhes como os dominicanos se envolveram com um dos mais influentes grupos de luta armada e também relata comentários acerca das versões sobre a morte de Carlos Marighella. Frei Betto explica porque alguns membros da ordem dos Dominicanos se aliaram a ALN e conta um pouco de sua versão sobre os acontecimentos.

Folha - Nos anos 60, os frades dominicanos eram tidos como uma vanguarda dentro da igreja. Por que isso ocorria?

Frei Betto - Naquele período que precedeu o golpe de 64, os dominicanos trabalhavam mais especificamente com o movimento estudantil -secundaristas e universitários-, por meio da JEC (Juventude Estudantil Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). Muitos dirigentes dos movimentos católicos se tornaram depois militantes de oposição ao regime militar. Então, os conventos dos dominicanos, sobretudo os de Belo Horizonte e São Paulo, eram frequentados por esses estudantes. Depois que começou o processo de perseguição das lideranças, muitas vezes elas se abrigaram aqui, como José Dirceu e Vladimir Palmeira. Todos eles passaram pelo convento, e aqui se esconderam e tiveram convivência.

Ao mesmo tempo, nós sempre tivemos uma atitude progressista, e as missas aos domingos eram uma espécie de respiradouro da época do regime, especialmente a missa das 11h, que lotava a igreja São Domingos, aqui nas Perdizes, em São Paulo. As pessoas podiam ouvir algo, à luz do Evangelho, que oferecesse a elas esperança naquele tempo de escuridão.

Isso levou posteriormente ao apoio aos movimentos nos quais esses estudantes se engajavam, os movimentos guerrilheiros. Nunca pegamos em armas, nunca participamos de operações militares. Porém, apoiamos no sentido de acolher, de dar fuga, de abrigar, de arrumar papéis para poderem sair do país. Eu, especificamente, montei um esquema no Rio Grande do Sul para ajudá-los a sair do Brasil clandestinamente pela fronteira com o Uruguai e com a Argentina, inclusive tirei do país vários que participaram do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Então, foi tudo isso que levou a uma brutal repressão contra os conventos de Belo Horizonte e São Paulo. Alguns de nós, inclusive, ficamos presos até quatro anos. **Folha - O que atraía tanto nos sermões dominicanos?**

Frei Betto - Eles atraíam muita gente porque nós tínhamos certa isenção como igreja. Por exemplo, o regime militar poderia nomear coronéis e generais para todas as instituições nacionais, menos para a igreja. Não dava para nomear um general da reserva para ser presidente da CNBB. Portanto, isso nos abria um certo espaço de liberdade, de contestação. O discurso era uma forma de incentivar as pessoas que estavam na luta contra a ditadura, de mostrar que a ditadura era incompatível com os valores do Evangelho, que o povo tinha direito à liberdade, à democracia. Era nessa linha. Usavam-se muitas metáforas, parábolas...

Folha - Como se deu a aproximação dos dominicanos com a ALN?

Frei Betto - Nós nos aproximamos porque éramos estudantes da USP. Eu era jornalista. Embora frade, todos os dias trabalhava na 'Folha da Tarde' (da empresa Folha da Manhã S/A). Isso nos aproximou daqueles envolvidos na luta armada, especificamente o Carlos Marighella (líder da ALN). **Folha - O sr. teve contato direto com o Marighella...**

Frei Betto - Eu conheci o Marighella. O primeiro contato dele com os frades foi comigo e com o frei Osvaldo Resende. Depois, várias vezes estive com ele no Rio de

¹⁰⁹ BETTO, 1982, p. 61.

Janeiro, mas nunca foram atividades guerrilheiras, eram conversas e formas de apoio.

Folha - Qual era o posicionamento da Igreja Católica na época?

Frei Betto - A igreja era dividida na época. Havia setores que nos apoiavam e outros que eram avessos ao nosso tipo de engajamento.

Folha - A Igreja Católica não sabia, por exemplo, que vocês apoiavam o chileno Salvador Allende?

Frei Betto - Não, isso não. Não sabiam. Nossos superiores no Brasil sabiam que estávamos envolvidos no apoio ao movimento estudantil de resistência aos militares.

Folha - As prisões, como foram?

Frei Betto - Fomos presos em períodos diferentes. Dois foram presos no Rio no dia 2 de novembro de 69 (frei Fernando e frei Ivo); depois, o frei Roberto, frei Georgio, frei Maurício e frei Tito foram presos no dia 3 ou 4, em São Paulo. Eu iria ser preso no dia 2, mas consegui escapar. Só fui preso no dia 9, na Grande Porto Alegre.

Folha - Por que os dominicanos foram presos? Alguém os delatou?

Frei Betto - Os dominicanos foram presos porque se desencadeou uma repressão brutal à ALN a partir da queda dos sequestradores do embaixador norte-americano Charles Elbrick e então a polícia chegou até nós. E a polícia sabia havia tempos de nosso envolvimento. Agora, se houve alguém que delatou, eu não sei. Há várias versões. Eu coloquei a minha no 'Batismo de Sangue'.

Folha - No livro de Emiliano José, 'Carlos Marighella - O Inimigo Número Um da Ditadura Militar', o autor diz que foi Paulo de Tarso Venceslau quem entregou os dominicanos. O que o sr. acha?

Frei Betto - Eu ainda não li este livro. Eu não atribuo a responsabilidade ao Paulo de Tarso. Nós achamos que nossa prisão foi resultado de um processo.

Folha - O livro de Jacob Gorender, 'Combate nas Trevas' apresenta uma versão diferente da sua sobre a morte de Marighella. Segundo ele, frei Ivo e frei Fernando foram presos, torturados e acabaram entregando Marighella. Diz ainda que frei

Fernando foi, sob pressão dos policiais, à Livraria Duas Cidades para confirmar um encontro com o líder da ALN. A sua versão é diferente.

Frei Betto - Eu contesto frontalmente essa versão. O Gorender não me responde às seguintes perguntas: primeiro, como é que eu, no Rio Grande do Sul, a não sei quantos quilômetros de São Paulo, fiquei sabendo da prisão de Ivo e Fernando no Rio, antes de eles virem para São Paulo? Como fiquei sabendo disso e fugi? E como o Marighella não ficou sabendo?

Eles foram presos no dia 2. A morte de Marighella foi no dia 4. Para quem está preso e sendo torturado, é muito tempo.

Segunda pergunta: o Gorender, que pertenceu ao Partidão (PCB), sabe que um dirigente da experiência e responsabilidade do Marighella não diz para você assim: 'Olha, eu vou te encontrar no dia tal, você pode me chamar pelo telefone tal ou eu moro na rua tal...'. Não existe isso. O Fernando e o Ivo eram procurados pelo Marighella. Como o Fernando trabalhava na Livraria Duas Cidades, o Marighella poderia ligar para lá no dia 2, 3, ou 9. Então, por que a polícia leva o Fernando à livraria exatamente naquele momento pré-marcado?

Folha - Mas, segundo Gorender, havia um horário marcado.

Frei Betto - Eu contesto isso. Não existia horário marcado. O Fernando falou para a polícia: 'Olha, o Marighella me liga, eu não sei como encontrar o Marighella'. Aí de repente o Fleury (delegado Sérgio Paranhos Fleury) pega o Fernando e o leva para a livraria. Até hoje não se sabe bem quem ligou para ele. É uma coisa meio no ar até hoje. Outra coisa: por que o Henry Kissinger libera a ALN para fazer o sequestro do vôo da Cruzeiro do Sul para Buenos Aires, rumo a Cuba, já que a CIA tinha todo o controle do sequestro, sabia de tudo e pediu autorização ao Conselho de Segurança dos EUA para intervir no sequestro? O Kissinger falou: 'Não, nós estamos chegando ao 'cabeça'. Se vocês fizeram isso, vamos perder o grande líder'. O 'cabeça' era Marighella.

Folha - Mas por que impedir o sequestro poderia ser uma ameaça para pegar Marighella?

Frei Betto - Seria um sinal claro de que a CIA estava de tal maneira cercando a luta armada, que até impediram um sequestro. O impedimento espantaria a operação. Eu

acho que havia infiltração de pessoas que dominavam esses contatos que o Marighella tinha... Mas veja só, eu tenho essa versão, mas em nenhum momento eu eximo a cota de responsabilidade que o Fernando e o Ivo tiveram na captura do Marighella. O que eu discordo do Gorender é que ele culpabiliza o Fernando e o Ivo e coloca os dois no pelourinho.

Folha - Antes da prisão, a Igreja Católica não sabia do envolvimento que vocês tinham com a ALN, só das lutas ao lado dos movimentos estudantis. Só esse aspecto

-a ligação com os estudantes de esquerda- não foi suficiente para a instituição fazer algum tipo de pressão contra os dominicanos?

Frei Betto - Veja bem, a igreja tem uma tradição de apoio a resistências de regimes ditatoriais. Na França, a igreja participou da Resistência, movimento contra o nazismo. Na Itália, a igreja foi contra Benito Mussolini... Então, dentro da cultura eclesial, a igreja tem tradição de solidariedade àqueles que lutam contra esses regimes.

Folha - E depois das prisões?

Frei Betto - Depois, o apoio da igreja cresceu cada vez mais. Recebemos um monte de correspondências, vários setores da igreja nos apoiaram.¹¹⁰

Por conseguinte, é bastante evidente que desde o golpe militar a Ordem dos Dominicanos estava em vigia constante dos militares, faltando apenas motivos contundentes para levá-los ao cárcere. Por meio de agentes infiltrados na ALN, os militares conseguiram emboscar o líder e guerrilheiro Carlos Marighella e levar à prisão vários membros Dominicanos que foram postos pelo governo como colaboradores da morte de Marighella. Isso deixou por muito tempo os frades “manchados” com a esquerda brasileira. Mesmo após todos esses episódios não houve uma drástica ruptura entre o Estado e a Igreja.

É preciso também entender que a participação dos religiosos no contexto político brasileiro não pode ser somente associado a um contexto pós-ditadura, pois por meio da Ação Católica esses grupos já se mostravam muito presentes desde a década anterior. Porém, a partir do Concílio Vaticano II e a profunda divisão entre conservadores e progressistas, os últimos ganhavam cada vez mais a força e o apoio das massas populares, que foram cada vez mais oprimidas após 1964. O objetivo da aliança com a ALN era a derrubada do regime militar e a luta pelos oprimidos. Por esse contexto, torna-se de tamanha importância reconhecer a participação da Ordem dos Dominicanos no imaginário de resistência ao Regime Militar, caracterizando-se como um dos primeiros grupos ligados à esquerda e à Igreja Católica, servindo de forte influência para o cenário político posterior¹¹¹.

A religiosidade pode ser expressa das mais diversas formas possíveis, sendo que, muitas vezes, é compreendida apenas como manifestações restritas e dogmáticas. Assim,

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs07069808.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

¹¹¹ Disponível em: <Revista Historiador. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

aparenta inconcebível que a materialização da fé seja pelo objeto de uma ação direta, de embate ou mesmo, conflituosa.

Justamente por esse viés é que a presente pesquisa retira um véu que por muito tempo encobriu os olhares e impediu de compreender a fé e suas dimensões. Crer, necessariamente, não perpassa por uma simples e restrita definição. A fé é plural e encontra em cada indivíduo suja projeção de ação.

Como já ocorreu muitas vezes na história, ao virar as costas para o passado ditatorial e empreender construção de uma alternativa, grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores democráticos. Tais valores, aliás, segundo diferentes, mas convergentes, versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade.¹¹²

Por conseguinte, os jovens freis dominicanos e Carlos Mariguella encontraram na Luta Armada sua legitimação da fé, o próprio Cristo em seu tempo, foi um ativo líder contra as injustiças e articulador de um movimento que, promoveu intensas mobilizações e, a exemplo dos Dominicanos e Mariguella, a punição ou morte não significou um fim em si, mas o princípio de uma memória histórica que, como elemento de união, serve até os atuais dias como demonstração e exemplo para uma sociedade que não aceita as condições coercitivas que lhe são impostas.

¹¹² REIS, 2014.

3 AS INTERFACES ENTRE OS DOMINICANOS, MARIGHELLA E O REDIMENSIONAMENTO DA MEMÓRIA DA ATUAÇÃO RELIGIOSA

A releitura historiográfica é uma necessidade para compreensão das diferentes mudanças sobre o olhar de um fato e, principalmente, como elemento de discutir, reinterpretar e, redimensionar os acontecimentos.

Perceber e compreender a real ação dos Dominicanos e Carlos Mariguella, antes de julgamentos políticos e ideológicos é uma maneira, de permitir o conhecimento de como a fé pode ser vivida em diferentes cenários e, por consequência, verificar que a crença está para além de molduras.

Assim, sempre que falarmos em Dominicanos e Mariguella, no Brasil dos Anos 60 e 70, estamos permitindo que diferentes gerações se conectem não somente as histórias particulares desses personagens histórico, mas de um testemunho memorial da atuação religiosa em busca de um mundo melhor.

Contribuição relevante nesse sentido seria proporcionada por uma série de entrevistas e memórias formuladas por ex-guerrilheiros, entre as quais se destacou, desde logo, a de Fernando Gabeira. A saga guerrilheira ganhou aí uma versão simpática e bem-humorada, suscitando uma atmosfera de indulgência e de compreensão. Os que haviam se levantado com armas nas mãos, bravos jovens, generosos, mas equivocados, teriam sido apenas, inconscientemente, uma espécie de 'braço armado' da resistência democrática. Outras memórias, com distintas orientações, embora de qualidade, não mereceriam a mesma acolhida porque não estavam sintonizadas com as aspirações majoritárias ao apaziguamento e à conciliação.¹¹³

Conhecer a atuação desses agentes históricos em defesa de uma nova realidade, mesmo recorrendo a uma diferente forma de fé por muitos, a da ação direta, da luta física ou da resistência na prática.

Portanto, é necessário atentarmos para a importância desses personagens e como suas histórias propiciaram mudanças e transformações na sociedade brasileira do século XX.

3.1 A Igreja Católica no processo de redemocratização

Diante das formas de atuações dos Dominicanos e Carlos Marighella, mesmo derrotados em movimento, é necessário promover uma discussão e releitura da própria visão e, de certa forma, um discurso sobre a atuação de segmentos do catolicismo durante a ditadura

¹¹³ REIS, 2014.

e, 50 anos depois, atentar para a memória desses personagens da História brasileira, bem como, a religião em diferentes perspectivas de ações de transformação social.

A partir do engajamento católico na luta armada, a instituição adentrou de maneira expressiva na crítica a Ditadura Militar, sendo influente também no processo de redemocratização que passava o país após os anos de ostracismo político. Com efeito, sendo essa força que secundou a sociedade temos que rememorar os anos que formam a categórica década de 1960, tempo em que a Igreja Católica passava por alguns desafios decisivos. Por outro prisma, surgia também diversos fatores motivadores para um nova ação pastoral, dando enfoque para o que perpassa a questão social, a partir especialmente das forças especializadas da ação social. Algumas organizações criadas pela Igreja com essa finalidade são: CPT (Comissão Pastoral da Terra), CJP (Comissões de Justiça e Paz), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CEB (Comunidades Eclesiais de Base), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária). Esses órgãos dividiam sua atuação entre os trabalhadores urbanos, estudantes e as classes populares de modo geral.¹¹⁴

Acrescentando-se que, a princípio, haveria uma deserção nas lideranças eclesiais e também o florescer de ideologias contrárias dentro do próprio seio da Igreja. O grande marco de mudança se deu justamente com o golpe civil-militar de 1964, cuja consequência foi um rígido endurecimento estatal por meio de um regime, que principalmente a partir de 1968 (à luz do ato institucional de 13 de dezembro de 1968, o AI-5) cerceou muito a atuação da Igreja, com suas ações sociais anteriormente citadas, e que também se tornou um empecilho de forma quase generalizada por toda sociedade brasileira, que sofreu as consequências do discurso que foi implantado por mais de duas décadas em território nacional.¹¹⁵

Porquanto, a ação Católica terá, em caráter principal, três características marcantes. A preponderância decisiva de seus órgãos na composição de uma Pastoral Coletiva e na influência mais concisa da Igreja na sociedade em si. Assim, devido a mudança estatal e política de acordo com a nova ordem vigente no governo, considerando também a pressão dos fatores sociais e econômicos, conseqüentemente leva a Igreja de maneira quase que irrefletida, a um comportamento de caráter teórico expresso em documentação oficial, e na prática, expresso em diversas formas de ação social. Fechando essa tríade, o crescente fervor de obras sociais, que de pouco em pouco passam de uma ação assistencialista, e passa a

¹¹⁴ BARBOSA JUNIOR, P. F.; BARBOSA, W. . *A Igreja Católica e o golpe de 1964*. Cadernos Cajuína, v. 3, 2018. p. 56-60.

¹¹⁵ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em 21 out. 2019.

caracterizar-se por um paternalismo e um assessorismo altruísta, visando uma promoção social e humana para a instituição.¹¹⁶

Nesse contexto, a necessidade de engajamento dos católicos nesse dito campo social os levou a buscar melhorias significantes na estruturação de algumas organizações, à exemplo das ligas camponesas, dos sindicatos católicos, entre outros.

A decisiva década de 1960 ainda trouxe outros episódios de importância única para o universo católico, a exemplo o Concílio Vaticano II, que já foi trabalhado no capítulo anterior, e que como visto, trouxe uma série de novas mudanças e atribuições para a Igreja e para a sociedade cristã católica.¹¹⁷

Diante de um regime militar vigente, a CNBB (Confederação Nacional de Bispos do Brasil), que anos antes em 1952 havia sido fundada para dividir o poder eclesiástico, de forma a manter cada bispo em controle sob sua diocese, firmando uma autoridade e poder, tornando-se voz também na Igreja nacional diante dos percalços que viriam a aflingir o país. A CNBB se colocou na linha de frente da ação na reforma social, reforçados pelo Concílio Vaticano II.¹¹⁸

Se o cristão acredita na fecundidade da paz como meio de chegar à justiça, acredita também que a justiça é uma condição imprescindível para a paz. Não deixa de ver que a América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, porque as atuais estruturas violam os direitos fundamentais, situação que exige transformações globais, audaciosas, urgentes e profundamente renovadoras. (...) São também responsáveis pela injustiça todos os que não agem em favor da justiça na medida dos meios de que dispõem, e ficam passivos por temerem os sacrifícios e riscos pessoais que implica toda ação audaciosa e realmente eficaz. (...) Neste espírito cremos oportuno avançar as seguintes linhas pastorais: 22. Defender segundo o mandato evangélico o direito dos pobres e oprimidos, urgindo nossos governos e classes dirigentes que eliminem tudo quanto destrói a paz social: injustiça, inércia, venalidade, insensibilidade. 23. Denunciar energicamente os abusos e as injustiças, conseqüências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração.¹¹⁹

No início da sexta década do século XX, a Igreja responde aos apelos do Papa João XXIII, e elabora o “Plano de Emergência” (1962), propondo a busca de uma ação pastoral mais organizada e coordenada em bases teóricas e também técnicas, com o objetivo de serem amparadas também pelas ciências sociais da época, em uma até então difícil junção entre os

¹¹⁶ BARBOSA JUNIOR, 2018, p. 56-60.

¹¹⁷ CARVALHAL, J. P.. A Influência da Igreja Católica na Formação de Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos (1970-1985). In: *I Colóquio do Lahes: "Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social"*, 2005, Juiz de Fora. I Colóquio do Lahes, 2005. p. 2-3.

¹¹⁸ BARBOSA JUNIOR, 2018, p. 60-62.

¹¹⁹ CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: Conclusões de Medellín*. 8a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 61.

dois pensamentos, e a partir do plano a pastoral estaria munida de diversos documentos fundamentais que motivarão a vida e a ação da Igreja, sem deixar de lado a parte interna, a Igreja emerge cada vez mais no meio social, ganhando muita força no cenário nacional, se preparando para as mudanças da época.

De forma já trabalhada, o Concílio Vaticano II irá trazer uma mudança radical no conceito e na ação da Igreja, de forma a acompanhar as mudanças da sociedade e também do mundo, e a partir disso tornaria iminente uma divisão entre as duas principais frentes da Igreja: uma linha conservadora, e outra progressista. A Igreja que saiu do Concílio renovada por diversos acontecimentos que foram contemporâneos no continente, será uma instituição muito diferente a partir desse novo imaginário. Em 1964 estavam criados órgãos regionais da CNBB, aumentando ainda mais a influência e a representatividade. No mesmo ano, com o golpe civil-militar, essa ansiedade e planos de mudança torna-se ofuscado pela rigidez do novo sistema, com a implantação dos atos institucionais, a repressão, a cassação dos direitos políticos e públicos, além do cerceamento da liberdade. A Igreja Católica será a voz ativa dos oprimidos, dos que não tem vez, nem voz.¹²⁰

Figura 11 - Padres tentam evitar choque com policiais¹²¹



Na conjuntura civil-militar, a Igreja Católica assume de vez um papel destacado na luta contra a repressão, em defesa dos direitos humanos, o que acabou transformando um inicial apoio na mais importante instituição de oposição à ditadura militar, o que tornou-se

¹²⁰ BARBOSA JUNIOR, 2018, p. 62-64.

¹²¹ Padres tentam evitar choque com policiais a cavalo durante missa de sétimo dia em memória do estudante Edson Luís de Lima Souto, nas proximidades da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Ele foi assassinado em março de 1968 pela PM, em protesto contra a alta dos preços do restaurante universitário. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-2-o-papel-da-igreja-catolica.htm>>. Acesso em: 22 out. 2019.

possível por dois aspectos fundamentais para essa mudança de postura da Igreja: a ordem social e política estabelecida pelos militares, e as mudanças nas diretrizes teológicas e pastorais. O período um pouco anterior ao golpe de 64 foi uma fase de muitas mudanças sociais, e também urbanas, que afetaram de maneira direta a Igreja. Encontrada em um verdadeiro processo de modernização, o país e a sociedade se desenvolviam rapidamente, deixando de lado cada vez mais o passado agrário, caminhando para a urbanização e a industrialização.¹²²

Visto isso, é notório que a Igreja passou a enfrentar uma perda de fiéis muito drástica, e também uma falha na identificação de vocações para o sacerdócio, ou seja, de forma gradual o catolicismo ia perdendo influência no meio social, devido também a popularização de outros credos religiosos como as Igrejas Protestantes, nesse âmbito, ser um sacerdote da Igreja já não era mais tão atrativo para os jovens. Logo, a Igreja se ajusta então as mudanças sociais com as experiências pastorais que a fizeram se envolver de forma concisa no processo de modernização da sociedade, por meio das organizações de ação social que já foram citadas.¹²³

À partir da ampliação atuante da Igreja junto às classes populares, muitos padres, bispos, freiras, e outros membros desse clero se tornaram alvo da repressão militar, e gradualmente os representantes da Igreja iam assumindo papéis cada vez mais críticos em relação aos governantes militares, opondo-se de forma evidente à tortura, a censura e a violência escandalizada e repressiva. Sendo assim, ao atuar de forma cada vez mais firme contra a ditadura, a Igreja Católica acabou atraindo para si a atenção de diversos setores sociais e grupos políticos ou estudantis que também eram vítimas da enorme repressão sofrida com o Estado, entre esses grupos podemos destacar a atuação da Ordem dos Dominicanos. A atuação da Igreja estava fundamentada na idealização de justiça social, enquanto o grupo dominante visava uma luta contra o comunismo e o fim das subversões. O atrito criado entre esses dois expoentes do período criou a “pior crise entre Igreja e Estado da história do Brasil”.¹²⁴

Uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 e 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortes e numerosos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasões de edifícios, ameaças, indiciamentos, seqüestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas de repressão. Padres enfrentaram processos por causa de seus sermões e críticas ao

¹²² CARVALHAL, 2005, p. 3-8.

¹²³ SPIESS, Marcos A. *A crise das vocações pós Vaticano II: reflexões a partir da reprodução social do clero catarinense*. SACRILEGENS, v. 13, 2016. p. 41-57.

¹²⁴ SERBIN, Kenneth P.. *Diálogos na Sombra*. RJ: Companhia das Letras, 2001, p. 412

governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guarida a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos populares e outras atividades. Além disso, a Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime (...) ¹²⁵

Nesse contexto, algumas autoridades da Igreja tornaram-se expoentes nessa luta em favor dos Direitos Humanos, como por exemplo, dom Hélder Câmara, e do grande cardeal arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns. A partir de uma iniciativa de Arns foi criada a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em 1972, que servia de auxílio para as vítimas de repressão nos “anos de chumbo”, localizado na sede da Igreja de São Paulo. O trabalho humanitário realizado pela organização foi um grande destaque no que se diz da assistência às vítimas de tortura e prisões políticas do período, além de proferir denúncias públicas contra a Ditadura Militar, o que fez intensificarem as perseguições. ¹²⁶

1.3 A Igreja deve informar a opinião pública, através dos meios de comunicação disponíveis, sobre as violações dos Direitos Humanos, aceitando as conseqüências e mesmo sem esperar resultados imediatos. (...) 1.8 A Igreja deve mobilizar o laicato para o esforço de informação, denúncia e defesa dos Direitos Humanos. (...) Proposição 15 Considerando a decisiva importância de uma tomada de consciência clara dos Direitos Humanos, na atual conjuntura brasileira, Propõe-se: a Igreja deve se empenhar por tornar efetivas as iniciativas abaixo mencionadas: 15.1 Que se prepare uma edição popular da Declaração Universal dos Direitos Humanos para ser amplamente divulgada (...) 15.3 Que a CNBB promova (...), uma campanha sobre os Direitos Humanos (...) com material de propaganda e estudos apropriados (...) 15.4 Que a CNBB promova uma solenidade na data comemorativa, a ser celebrada em todas as dioceses, com a participação pessoal dos Srs. Bispos. 15.5 Que se promova, nas bases, uma reflexão sobre o tema dos Direitos Humanos (...) ¹²⁷

O período em que ocorre a maior repressão policial (1972-1975), os integrantes da Comissão Justiça e Paz de São Paulo dedicaram-se a prestar assistência jurídica às pessoas vítimas de perseguição política, ou seja, aquelas que haviam sido presas, torturadas ou que estavam desaparecidas por algum motivo político. Após esse período a atuação do órgão também se estendeu a outros campos da sociedade. Com o apoio da comissão, foram realizadas também pesquisas e obras sobre a atuação e conseqüências da ditadura na cidade de São Paulo, relatando violência policial contra os civis. Com o passar dos anos e a aproximação do fim da ditadura, os militares acenaram para uma redemocratização no país,

¹²⁵ SERBIN, 2001, p. 109.

¹²⁶ CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. 1. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos: EduFSCar, 2005. v. 1000. p. 50- 61.

¹²⁷ CASTANHO, Amaury. *Direitos Humanos: Aspiração e Realidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1973, p. 108-109; 116-117.

junto de uma abertura política, que teve uma influente participação da Igreja Católica de diversas formas, como foi visto¹²⁸.

Outrossim, o que podemos chamar de legado da Igreja Católica no processo de redemocratização, atuando na oposição a ditadura, foi que a partir da volta da democracia no país, ocorre um aumento expressivo das chamadas organizações não-governamentais (ONGs) que atuam em diversas áreas em defesa dos direitos humanos, iniciativa começada pela Igreja. Entretanto, gerações mais jovens que não viram o período repressivo dificilmente sabe que foram os Católicos uma das matrizes iniciais da defesa dos direitos humanos no país, a própria Comissão de Justiça e Paz é um exemplo de pioneirismo a essa causa.

3.2 Helvécio Ratton e a perspectiva da Luta Armada em tempos democráticos

Nesse capítulo, o propósito é avaliar a função do cinema como um instrumento de problematização história, e também de produção de visões críticas e interpretações de uma forma diferenciada. A aplicabilidade pedagógica do cinema começou a partir das décadas de 1920 e 1930, fruto de um movimento que se instaurou no país conhecido como “Escola Nova”, que visava uma modernização da sociedade e também do ensino escolar. Além disso, fazer com que a educação possa ser um mecanismo de inserção social também era um enfoque da estética da Escola Nova¹²⁹.

Para se firmar como corrente historiográfica dominante na França, e estender posteriormente sua influência a outros países da Europa e também da América, os fundadores e consolidadores dos *Annales* precisaram estabelecer uma arguta e impiedosa crítica da historiografia de seu tempo – particularmente daquela historiografia que epitetaram de História Historizante ou de História Eventual – buscando combater mais especialmente a Escola Metódica Francesa e certos setores mais conservadores do Historicismo. Os *Annales*, em busca de sua conquista territorial da História, precisavam enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais. É contra o pano de fundo deste duplo desafio que o movimento inicia a sua aventura historiográfica.¹³⁰

A partir dessa discussão, vemos que historicamente a atuação da Escola Nova passa diretamente pela fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, e também a partir

¹²⁸ CANCIAN, 2005, p. 75-84.

¹²⁹ PEREIRA, L.R.; SILVA, C.B. . Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História. *Revista Espaço Pedagógico*, v21, 2014. p. 318.

¹³⁰ BARROS, José D’Assunção. A Escola dos *Annales*: considerações sobre a História do Movimento. In: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/953/588>>. Acesso em: 10 jan 2011.

da diáspora que deu-se na IV Conferência Nacional de Educação de 1931, que proporcionou a divisão do pensamento renovador do movimento em dois grupos principais: liberais e católicos. Além disso, se tem destaque que o grupo liberal estava composto de alguns nomes muito conhecidos como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, entre alguns outros.

Um evento marcante para essa ideologia foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado no ano de 1932 apresentando as principais diretrizes do escolanovismo, passando por temas políticos, educacionais, filosóficos e sociais, principalmente¹³¹. A difusão das escolas da Escola Nova surtiram efeito até fins dos anos cinquenta, abrindo espaço para novos modelos educacionais e pedagógicos, a exemplo do uso do cinema, que é representado em nossa discussão pelo filme “Batismo de Sangue”, de Helvécio Ratton, uma adaptação cinematográfica da obra de Frei Betto que nos permite analisar questões da ditadura sob um novo prisma.

Visto isso, o personagem principal desse contexto, Helvécio Ratton, é um diretor, produtor e roteirista mineiro que a partir do ano de 1966 torna-se um militante contra as causas da ditadura civil-militar, participando inclusive da luta armada, em 1968. Durante o governo de Emílio Garrastazú Médici (1969-1974), mais precisamente no ano de 1970, Ratton vai para o exílio no Chile onde passa a trabalhar com produção cinematográfica e exibição itinerante. Retornou ao Brasil somente em 1974, quando foi preso no Rio de Janeiro e permaneceu cerca de quarenta dias na prisão do Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas (DOI-CODI)¹³².

Os filmes de Helvécio Ratton possuem uma ligação forte com as questões de militância, e também referências a sua infância e a cultura mineira, fazendo um cinema de característica narrativa, um aspecto de maior comunicação com o público, além de uma incrível heterogeneidade de seus temas¹³³. Este cenário é confirmado em sua obra de maior destaque, “Batismo de Sangue”, na qual retrata e rememora sua trajetória na militância e na luta armada na oposição à ditadura, mostrando a atuação da Ordem dos Dominicanos na luta armada no Brasil do fim dos anos 1960, um tema até então pouco explorado pelo cinema. Foi uma obra pouco aclamada pela crítica, porém, um grande

¹³¹ Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/escola-nova/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

¹³² VILLAÇA, Pablo. Helvécio Ratton: o cinema além das montanhas. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005. p. 400-414.

¹³³ CARVALHO, Jailson Dias. Helvécio Ratton e o Cinema Brasileiro. *Revista Fênix*. Vol. 5. Ano V. nº 4. Out/Nov/Dez. 2008.

instrumento pedagógico e representativo, dotado de uma originalidade e interpretação críticas únicas nesse âmbito¹³⁴.

Figura 12 - Cineasta e Diretor Helvécio Ratton¹³⁵



Partindo para o contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira, levando em consideração o surgimento da terceira geração da Escola dos Annales, passou-se a reconhecer as filmografias como um documento histórico, o que era um grande paradigma acadêmico foi superado com a História Nova, tornando mais habitual o uso de obras cinematográficas para análises históricas dentro de sala de aula, embasada também no aumento de recursos tecnológicos para a aplicação nas instituições de ensino, facilitando o acesso a esses recursos¹³⁶.

Nessa perspectiva, o papel dá lugar a imagem para efetuar a reconstrução do discurso histórico, e em 2006 é lançado o filme “Batismo de Sangue”, que retrata a história de Frei Tito, um membro dominicano que foi preso e torturado gravemente na sórdida ditadura. A obra cinematográfica contribuiu para a retomada memorial acerca da oposição praticada pelos frades dominicanos à ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto, a crítica não foi unânime quanto ao filme, e o respaldo dado foi bastante negativo, embasado pelo argumento de que era um filme-relato de um ex-guerrilheiro buscando transmitir a sua opinião do que foi vivenciado no contexto ditatorial, em destaque, pelo seu real vínculo a alguns personagens do

¹³⁴ VILLAÇA, 2005, p. 414.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.festivalverefazerfilmes.org.br/2017/uma-onda-no-ar-mostra-homenageado/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

¹³⁶ PEREIRA, L. R.. *A Abordagem Didática do Uso do Cinema em Sala de Aula*. Colóquio “Ensino médio, história e cidadania”, v. 1, 2011, p. 1-10.

filme. A obra não é uma representação perfeita do livro, ressaltando apenas um recorte histórico daquele período da história nacional¹³⁷.

O cineasta Helvécio Ratton defende que seu filme serve para as novas gerações, como um método explicativo acerca da atuação e engajamento da Igreja Católica na luta armada contra a ditadura, pois de forma inconsciente no estigma da memória nacional, é passada a impressão de que a Igreja Católica apoiou integralmente o regime civil-militar, deixando de lado o fato de existir uma ala progressista que defendia e lutava ao lado da resistência à ditadura. Essa é uma questão pertinente, e que por vezes em sala de aula não fica muito claro, qual foi a atuação da Igreja no período. Sua produção possui como objetivo resgatar a memória dos militantes, principalmente da Ordem Dominicana¹³⁸.

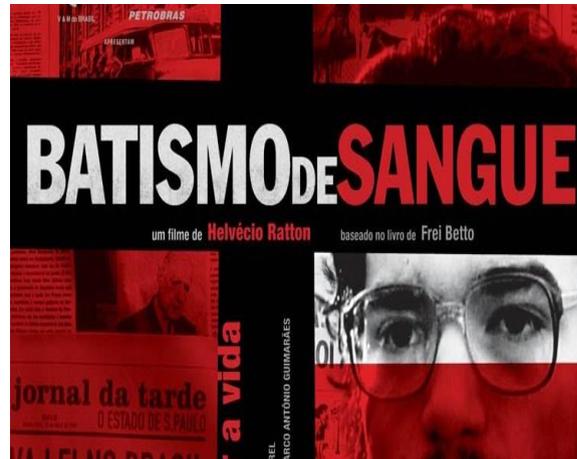
Além disso, o filme é uma clara demonstração de violência deliberada, visto a implantação do sistema ditatorial no Brasil, que se iniciou em 1964 e estendeu-se por mais de duas décadas. A repressão idealizada pela censura impediu manifestações políticas e culturais que combatiam os princípios políticos do regime vigente exercido pela opressão, que foi expressado no filme, mesmo que em parâmetros ficcionais. A crueldade e violência da obra tem como objetivo aproximar o espectador da real situação vivida no período.

Essas ações de caráter mais violento surgiram pela consequência do sistema ditatorial, implantado sobre a máscara de garantir a luta contra a proliferação do comunismo, que havia chegado à América pela situação Cubana, e garantir os ditos da bandeira nacional. O combate à oposição era por meio da linha dura, apoiando também na pressão e ameaças daqueles que confrontassem o sistema político, e os ideais de um regime que exercia essa opressão em nome de uma falsa democracia, o filme já foi classificado como um rico arquivo com serventia para ajudar na reconstrução da história brasileira.

¹³⁷ FEIJÓ, Sara C. D. *Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue*. Universidade de São Paulo, Mestrado, Brasil, 2011, p. 108.

¹³⁸ FEIJÓ, 2011, p. 110-112.

Figura 13 – Recorte da capa do filme *Batismo de Sangue*¹³⁹



Algumas interpretações e críticas sobre o filme foram feitas de forma muito precipitadas e equivocadas, à exemplo, a obra sofreu contestações por mostrar sem censuras as torturas por qual passou Frei Tito, e isso levou ao próprio diretor Rattón que publicasse um artigo no jornal O Globo, deixando claro o real objetivo cinematográfico da produção, em relação a memória histórica, como é visto a seguir.

Meu filme ‘Batismo de sangue’ vem provocando polêmica. Para algumas pessoas que escrevem sobre cinema, o filme ‘peca pelo didatismo’ ou mostra ‘cenas apelativas de violência’. São afirmações superficiais, marcadas pelo preconceito contra um filme que não se prende a modismos nem segue a cartilha do vanguardismo de boutique. Um filme consistente que dispensa malabarismo de câmera ou armadilhas de roteiro.

‘Batismo de sangue’, baseado no livro homônimo de Frei Betto, trata de acontecimentos verídicos, passados entre 1963 e 1974. O filme tem censura 14 anos está aberto a espectadores mais jovens, que desconhecem o que se passou naqueles anos. O letrado que abre o filme e situa historicamente período da ditadura, assim como outras informações passadas de forma orgânica no desenrolar da narrativa, tem a função de contextualizar os acontecimentos.

Não queremos dar aula de História para ninguém, mas mostrar o fundo onde se recortam os personagens e suas ações. Isso é óbvio para quem assiste ao filme sem pedras na mão, mas a verdade é que algumas pessoas que escrevem sobre cinema têm profunda antipatia por filmes abertos ao público. Para essas pessoas, os filmes devem ser cifrados, numa tal demonstração de inteligência e sofisticação que só os iniciados sejam capazes de decifrar. Confundem o simples, tão difícil de alcançar, com o simplório.

‘Batismo de sangue’ condensa uma extensa pesquisa histórica realizada em documentos oficiais, nos testemunhos de quem viveu os fatos narrados, em livros sobre o período, arquivos de fotos, noticiários de TV, jornais, revistas, filmes rodados na época e documentários. Foram camadas e camadas de informação que alimentaram o roteiro, a direção de arte, o figurino, a fotografia, o elenco. Tudo isso está no filme, mas sem exibicionismo.

‘Batismo de sangue’ quer prender a atenção do público bem informado, capaz de perceber todos estes detalhes, e a dos jovens, para quem o filme se explica por si só,

¹³⁹ Disponível em: <<https://trabalhosparaescola.com.br/resenha-do-filme-batismo-de-sangue/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

sem que necessitem informações de fora para compreendê-lo. Quanto à tortura, não foi o filme que a inventou. A tortura aconteceu num grau de brutalidade e sadismo muito maior do que está mostrado. O cinema dos dias de hoje avançou e muito os limites do realismo. Tomemos como exemplo os filmes de Tarantino, onde a violência atravessa toda a narrativa de forma injustificada e estúpida. Mas porque será que não taxam de apelativa a violência desses filmes? Porque esta violência é importada como rótulo de ‘cult’, de ‘fashion’.

A violência do ‘Batismo de sangue’ dói porque é eficiente enquanto cinema e porque aconteceu. Só que não havia sido revelada de forma contundente no cinema, e ‘Batismo de sangue’ é o primeiro filme a fazer isso. Em ‘Pra frente Brasil’, o protagonista é preso por engano e seus torturadores são mostrados como se fossem exceção, monstros, ao contrário do ‘Batismo de sangue’, onde são a regra. A tortura a que foram submetidos os freis Fernando e Ivo durou um dia e uma noite, no filme dura poucos minutos. Frei Tito foi torturado durante três dias e três noites. As equipes de torturadores, funcionários do regime militar, revezavam-se e faziam hora extra. No filme, as torturas a que Frei Tito foi submetido aparecem na forma de rápidas visões. Suavizar a violência sofrida pelos dominicanos, torná-la mais palatável, seria uma traição à memória de Tito e ao testemunho daqueles que estão vivos. Já estava mais do que na hora de abordar esses acontecimentos com verdade e audácia, como fizeram nossos vizinhos. Em um debate sobre o filme, disse um estudante que achava que esses fatos haviam acontecido no Chile e na Argentina, que para ele nossa ditadura tinha sido light. O comentário desse jovem deixa claro que nossos filmes sobre o período ficaram na ante-sala. ‘Batismo de sangue’ desce ao inferno à procura de luz, para escancarar com suas imagens realistas a violência impune praticada pela ditadura militar contra seus desafetos.

‘Batismo de sangue’ extrapola os limites da sala escura do cinema e dialoga sobre nossa vida enquanto nação, nosso passado ainda presente, nossos mortos insepultos. Um filme que corre riscos ao retratar personagens vivos e fatos acontecidos há pouco tempo. Um filme que após sair das salas de cinema continuará sendo discutido em outras salas por esse Brasil afora. Construído com delicadeza e contundência, ‘Batismo de sangue’ emociona e faz pensar.¹⁴⁰

O próprio cineasta deixa claro em seu artigo que o filme foi feito para quebrar a ideologia de caráter subversivo construída pelos militares, e para ser usado como uma ferramenta de contra-análise da sociedade,¹⁴¹ procurando lutar como uma história oficial que foi produzida em um período altamente manipulador na questão dos meios de comunicação, em favor dos militares obviamente, e também a cúpula da Igreja Católica que criou uma imagem deturpada e subversiva da Ordem dos Dominicanos, taxando-os como se fossem inimigos da sociedade. O filme procura construir novamente o discurso, a partir da inflexão dos derrotados.

3.3 2019: 50 anos da morte de Marighella e seus significados

Tangente aos aspectos elucidados nos capítulos anteriores e, estabelecendo uma intertextualidade em relação a Igreja Católica e, as dimensões de resistência a diferentes

¹⁴⁰ RATTON, Helvécio. “*Batismo de Sangue vai além da sala escura*”. Artigo Jornalístico. O Globo, 31/05/2007. Acesso em: 25 out. 2019.

¹⁴¹ FERRO, Marc. *Filme, uma contra-análise da sociedade?*. In: Le Goff e Pierre Nora (orgs.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

tempos, no Brasil, o ano de 2019 completa cinquenta anos de um dos nomes mais significativos da Ditadura Brasileira, Carlos Marighella. Até os dias atuais a luta armada envolvendo Marighella e os dominicanos é um grande objeto de discussão, disputando espaço entre os que amam e os que odeiam. Após ter sido banido do PCB, o militante criou a Ação Libertadora Nacional (ALN) em 1968, A ALN foi uma das mais ativas organizações da Ditadura Militar. O sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, para trocar por presos políticos, foi uma de suas ações mais marcantes¹⁴².

Marighella também era conhecido por escrever manuais para os guerrilheiros (“Manual do Guerrilheiro Urbano” de 1969), e vivia sob constante clandestinidade até ser assassinado em novembro de 1969. O governo brasileiro reconheceu publicamente ter sido o grande influenciador da morte de Carlos Marighella, em 1996. Além disso, os filmes tendem a narrar as histórias dos militantes, contrapondo aos agentes de situação, apoiantes do modelo vigente. Tal situação pode ser usada para caracterizar o heroísmo que existe nesses personagens. Os dois principais filmes que retratam da forma mais fiel o guerrilheiro é Batismo de Sangue (Helvécio Ratton, 2006) e Marighella, retrato falado de um guerrilheiro (Silvio Tendler, 2001)¹⁴³.

Figura 14 - Cena da morte de Marighella, que foi atingido por um tiro no peito¹⁴⁴



O livro “Batismo de Sangue” busca inocentar Frei Fernando e os Dominicanos acerca da morte de Marighella, e é interessante analisar que o filme de mesmo nome enfatiza essas questões sobre outros militantes terem participação na morte de Carlos Marighella,

¹⁴² FREITAS GUTFREIND, C.; STIGGER, H. . *A resistência armada: Lamarca e Marighella no cinema nacional*. Logos (Rio de Janeiro), v. 20, 2013, p. 52-53.

¹⁴³ FREITAS GUTFREIND, C.; STIGGER, H. 2013, p. 53.

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47423625>>. Acesso em: 26 out. 2019.

deixando claro que o único responsável por ser assassinado foi a Ditadura Militar. A representação da morte, de maneira tão explícita, é um dos fatores que torna legítima essa heroização sob a figura de Marighella, que buscou lutar sempre pelos seus ideias e pelo povo, resistindo a duas ditaduras, passando por torturas e sendo brutalmente assassinado¹⁴⁵. A memória coletiva exalta Carlos Marighella como um herói, sendo definida também de outras formas.

Na Grécia, por exemplo, a idéia de herói estava ligada aos conceitos de areté e timé. O termo areté tem relação etimológica com o grego aristeúen, que significa o ser mais notável. Sua utilização mais freqüente está ligada à essência do herói, ou seja, às habilidades e atitudes que diferenciam dos outros mortais. Assim, ter areté proverá o herói da destreza e vigor que o permitam ser um grande guerreiro, não só para defender seu povo, como para representá-lo.¹⁴⁶

Apesar de sua luta contra a ditadura militar ter sido seu feito mais conhecido, e consequentemente mais lembrado, não foi somente a imagem de um guerrilheiro anti-regime que ficou marcado na sua biografia, a sua história remonta de muito antes. O professor Vladimir Safatle, baseado em poemas escritos pelo próprio Marighella, diz que suas decisões tomadas contra a ditadura militar são produtos de décadas de experiência e reflexão acerca dos malefícios de se estar em um governo ditatorial. Apesar de ser marcado como um guerrilheiro, ele podia ser classificado ainda como um analista político.

Buscando rememorar os primórdios do combate de Carlos Marighella, surge uma história em quadrinhos (HQ), inspirada na biografia escrita por Mário Magalhães, que tem como finalidade trazer a tona o pedaço menos lembrado da história do militante baiano, levando seu contexto até o ano de 1936, que irá lembrar suas lutas contra a implantação do Estado Novo do então presidente Getúlio Vargas, e também as prisões e torturas sofridas pelo nosso protagonista. Por estar sendo produzida de maneira independente, a HQ depende de um financiamento coletivo para poder ser publicada e impressa, e seu lançamento está programado para fevereiro do ano de 2020. O roteirista Rogério Faria, que possui esse projeto bastante interessante, diz que mesmo sem estar lançado, ou com uma previsão certa de publicação, a sua obra já estaria causando um grande alvoroço político, entre mensagens elogiosas e positivas, e ameaças e agressões.

¹⁴⁵ FREITAS GUTFREIND, C.; STIGGER, H. 2013, p. 55.

¹⁴⁶ PENA, Felipe. *Teoria da biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2004. p. 35.

Figura 15 - História em Quadrinhos de Marighella ¹⁴⁷

Os contratempos sofridos por Marighella no governo Getulista irá gerar também um livro, escrito e organizado pelo antigo deputado federal Gilney Viana (PT). Essa obra trará inúmeros relatos e depoimentos do antigo guerrilheiro sobre suas prisões, torturas e detenções ao longo da década de 1930, contando também com reportagens contemporâneas a época. Esse livro será publicado em novembro de 2019 pela editora Xapuri.¹⁴⁸

Na rua onde foi morto, existe uma pedra em homenagem a Marighella, que sofre muitas críticas dos moradores locais, além de sustentar uma discussão enorme entre ataques e aplausos, designado como herói por uns, e como terrorista por outros. Fato é que após o golpe militar, Carlos Marighella mudou totalmente o rumo de suas atuações políticas, partindo para a luta armada. Formou em 1969 o Agrupamento Comunista de São Paulo, que posteriormente ficaria conhecida como ALN (Aliança Libertadora Nacional). Atuante após o decreto do Ato Institucional Nº 5, o ano de 1969 foi marcado por um intenso esforço de oposição de Marighella, tornando-se o inimigo principal das Forças Armadas. Acabou morto em operação comandada pelo delegado do DOPS (Departamento de Ordem Política Social), Sérgio Paranhos Fleury na Alameda Casa Branca.

Apesar da pluralidade de interpretações sobre o ocorrido, o que pode-se ter certeza é sobre o claro objetivo dos policiais envolvidos na operação em assassinar Carlos Marighella. Em busca de legitimar esse feito, mais de 40 policiais paulistas receberam honras por bravura. A versão oficial sobre sua morte é de que houve um tiroteio, porém, uma análise feita pela

¹⁴⁷ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marighella-e-relembrado-em-filme-livros-e-hq-apos-50-anos-de-sua-morte.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2019.

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marighella-e-relembrado-em-filme-livros-e-hq-apos-50-anos-de-sua-morte.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2019.

Comissão Nacional da Verdade concluiu que o tiro fatal foi dado a menos de 8cm do peito do guerrilheiro, numa clara ação de execução fria, e o violento tiroteio citado foi na verdade uma ação única da polícia, visto que o revólver que ele carregava não chegou a ser disparado¹⁴⁹.

Marighella foi enterrado como indigente, e somente sob a luz da Lei da Anistia, 10 anos após sua morte, recebeu um enterro digno em Salvador, Bahia, que era sua terra natal, em um túmulo desenhado por Oscar Niemeyer. Na cerimônia de homenagem foi lido um texto de Jorge Amado, retirado do livro *Bahia de Todos os Santos*.

Seu nome ressoou, pela primeira vez, no brilho da inteligência invulgar e na graça de moleque nascido nas ruas da Bahia, quando, estudante de engenharia, redigiu em versos uma prova de matemática. Comentou-se na cidade a inspiração e a verve do acadêmico. Talento e informalidade marcaram para sempre seu perfil belo e másculo, sua face pura.

Líder estudantil, ainda adolescente foi tomado preso, cumpriu dez anos de prisão; entre grades passou a juventude. Não se abateu, não perdeu o ânimo nem o riso, não se fez amargo. Sabia rir como pouca gente no mundo soube fazê-lo, riso franco, sadio, confiante.

Fraterno amigo, desde os dias de primeira juventude, na Bahia; depois, num longo cotidiano de esperança e desespero, no comício, no jornal, debruçado sobre os livros e sobre a vida, em meio ao povo ou nas bancadas da Câmara dos Deputados. Na chata solenidade legislativa, repontava no deputado ativo e responsável o espírito do moleque baiano, do estudante da Escola Politécnica. Subia à tribuna, punha em pânico os parlamentares. Juntos escrevemos vários discursos, lidos por outros. Num deles, enorme, passamos em revista todos os problemas do país. Pronunciado com extrema dignidade por Claudino José da Silva, único deputado negro na Assembléia Constituinte de 1946, durou quatro horas. As palavras eram pedras e raios; o tempo passava, o discurso prosseguia, eterno. Mesmo os mais reacionários ouviram em silêncio, não tiveram coragem de abandonar a sala.

Dentro dele, a ternura e a ira. Conhecia de perto a miséria e a opressão, mas conhecia também a força e a capacidade de resistência do povo. De quando em vez releio seus poemas; sabiam que ele foi poeta? Ternura e ira em seus poemas simples, claros, brasileiros. Sendo homem de ação mais que um teórico, a poesia marcou cada instante de sua vida. Tudo nele era sincero, digno e puro. Se errou, o fez na busca de acertar. Em certa tribuna ilegal eu o vi chorar, como um menino órfão, quando o ídolo ruiu, rotos os pés de barro. Eu estava vazio por dentro pois soubera antes e lhe contara; não acreditou. Ao ter a prova, ficou siderado, durante certo tempo perdeu a graça e o riso; no meio do povo os recuperou. Manteve até o fim o bom humor e a pureza; amadureceu sem deixar de ser o estudante adolescente: mestiço de sangue negro e sangue italiano, como Dorival Caymmi, mistura de primeira.

Morreu numa emboscada. Deixou mulher, irmãos e filho, deixou inúmeros amigos, um povo a quem amou desesperadamente e a todos legou uma lição de invencível juventude, de inabalável confiança na vida e no humanismo.

Retiro da maldição e do silêncio e aqui inscrevo seu nome de baiano: Carlos Marighella¹⁵⁰

Marighella é o personagem principal do filme que leva o seu nome, sob a direção de Wagner Moura. A biografia cinematográfica estreou no festival de Berlim sob aplausos, em fevereiro. No Brasil, o filme foi censurado pelo governo de Jair Bolsonaro, que dificultou sua

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47423625>>. Acesso em: 27 out. 2019.

¹⁵⁰ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*. Livraria Martins. São Paulo. 1966.

divulgação no Brasil e no exterior. A cinebiografia que conta a história do líder comunista é destinada a relatar a vida de Marighella sob o contexto militar, explicando a tomada do poder pelos militares e as ajudas externas na luta contra o comunismo. Carlos Marighella é lembrado como o maior guerrilheiro do século XX, deixando um legado magnífico.¹⁵¹

Assim, é interessante ressaltarmos que, em perspectivas distintas, a memória do passado confunde-se com o presente e, mesmo em tempos considerados “democráticos”, personagens outrora perseguidos e, ações como dos Dominicanos em parceria com segmentos de resistência da sociedade civil, ainda é palco de acaloradas discussões e perseguições.

Podemos ocultar a História, mas não poderemos, jamais, apagar a memória, principalmente, quando a liberdade é a chama da luta. Nesse viés, Religião é um manifesto de Resistência, afinal, é preciso crer em algo para que a luta seja necessária e, para além dos ritos e símbolos, a ação humana é transformadora.

Figura 16 – Carlos Marighella em cartaz pela memória dos 50 anos de seu assassinato¹⁵²



¹⁵¹ Disponível em: <<http://averdade.org.br/2019/10/a-perseguiçao-a-carlos-marighella-continua-agora-a-sua-memoria/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

¹⁵² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marighella-e-relembrado-em-filme-livros-e-hq-apos-50-anos-de-sua-morte.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2019.

CONCLUSÃO

Diante das concepções apresentadas, é notório compreender que, a função maior da Academia é ser capaz de suscitar a problematização da realidade e, por consequência, permitir um diálogo constante entre a teoria e a materialização prática, afinal, não precisamos de pensadores de gabinete, é necessário que a realidade, de fato, seja transformada e percebida pela sociedade como um todo.

Ao nos debruçarmos sobre as pluralísticas manifestações culturais de um povo e, em especial a forma de seu registro e, conseqüentemente, as projeções ao qual se verterá, notamos uma emblemática intercessão entre os discursos.

Assim, por exemplo, ao iniciar uma leitura qualquer, o leitor pode simplesmente se perder na obra ou, se encontrar com o passado, no sentido de que, ao tomar contato com essa mesma obra, de um século em particular, esse inevitavelmente, se projetará sobre o modelo de organização social, os valores, as características diversas, enfim, o trabalho do historiador, ainda que por uma perspectiva diferente estará sendo realizado. Segundo José Veríssimo:

Seria impossível isolarmos, por exemplo, o Romantismo da evolução burguesa e da Revolução Francesa; o Realismo do Manifesto Comunista de Marx e Engels, do Evolucionismo de Darwin, das lutas proletárias, das transformações econômicas, políticas e sociais da segunda metade do século XIX; Os Lusíadas da expansão do império português...¹⁵³

A historiografia gestada nos ideais de Leopold Von Ranke¹⁵⁴ cujos desdobramentos projetaram a história como uma ciência de análise estreita e restrita do passado, em que, para o mesmo, o historiador deve se limitar a estudar relações que estruturam as teias de domínio, poder, subjugo que se estabeleceram nesse mesmo tempo. Não cabe pois a figura do historiador lançar-se enquanto um mediador de atos, de julgar, mas de interpretá-los. O historiador deve procurar anular o seu próprio “eu” para entender o passado. Mas seria possível, a um homem de valores, crenças, percepções não interferir no contato e registro dos fatos e, se interfere, manifesta uma dada posição e, as vezes a distorce?

Uma significativa quebra dessa estrutura de história fechada aos muros de arquivos fora feito na transição do século XIX para o XX com o advento das “novas histórias”- a Escola dos Annales, a micro-história, a história da arte, a psicanálise Freudiana; novos modelos construídos para a investigação da história.

¹⁵³ VERÍSSIMO, José. Estudos da literatura brasileira. Belo Horizonte / Itatiaia; São Paulo/Edusp, 1976, 7 v.

¹⁵⁴ É entendido pelo historiografia tradicional como o maior expoente do historicismo positivista do século XIX, lido como “pai da história científica”.

Ainda que esses novos conceitos sejam entendidos por uma parcela considerável dos historiadores do historicismo, como um esfacelamento do ideal histórico, onde existiria uma curva do pensar histórico, tendo seu início com a filosofia de Herder e Hegel, que encontra o ápice com os grandes clássicos - tendo em Ranke a elevação total – e a desconstrução justamente com essas novas teorias que convidam as linhas mais variáveis de conhecimento no pensar e fazer história.

Sobre esses elementos tendemos a expor nossas conclusões investigativas do qual a natureza e compromisso do Historiador e da Religião no exercício de se erigir não uma, mas as identidades nacionais.

Nesse âmbito, como discutir no universo pedagógico, por exemplo, as interferências diversas que retratam a história; existiriam histórias mentirosas? Como o ofício do ensino deve distanciar e explicar as funções da história e as suas possibilidades de retratações? Atualmente, outros profissionais e outras áreas, interferem de forma intensa e promissora sobre o grande público de leitores brasileiros no exercício de apresentar a história, assim, essa sendo contada não pela versão tradicionalista e historiográfica, mas por olhares jornalísticos por exemplo, seria perigoso, sem crédito?

O século XIX, como já observado pelo historiador Eric Hobsbawm, fora, de fato “Um longo século” e, ao atentar com tamanha clarividência para essa afirmação, alguns elementos nos permitem entender o sentido de suas observações. Sobre o mesmo século, rebelaram-se algemas de pensamentos, acendeu-se a chama das independências, contestaram-se poderes historicamente constituídos e, por que não, petrificados; sobre o mesmo século, a ciência produziu rupturas homéricas; era o século de ouro ao qual os homens assistiam, muitas vezes incrédulos a tamanha força de mudança.

Nesse âmbito, é necessário discutir o universo pedagógico, por exemplo, as interferências diversas que retratam a história; como o ofício do ensino pode distanciar e explicar as funções da história e as suas possibilidades de retratações.

Assim, o objetivo desse trabalho, mais do que produzir um registro, é atentar para a necessidade da reinterpretação historiográfica, sendo a religião um elo entre o indivíduo e as arestas da vida em sociedade, é o engajamento que busca uma realidade mais harmônica e, para além de ideologias e doutrinações, é ter no indivíduo a matéria de transformação.

Assim, a Ordem dos Dominicanos e Carlos Marighella, para além do seu tempo, suas ideias ou mesmo, a forma de atuação, nos interessa o exemplo da luta, da entrega, do desejo de construção de um mundo acolhedor. Um exemplo combinado entre Religião e Resistência.

Representantes das necessidades dos oprimidos, de externar ao outro o seu próprio eu, os Dominicanos e Carlos Marighella marcaram-se no tempo, para além das marcas das torturas ou opressões, das injustiças e julgamentos, esses agentes históricos nos permitem compreender que, enquanto existir opressão, deve-se existir luta e resistência. E, a religião é resistência também, instrumento de luta e de busca por uma sociedade mais humana.

Ao longo desse trabalho, buscamos elucidar um período importante da vida social e política brasileira - Ditadura Civil-Militar (1964-1985) – e por consequência, diante de tantas segregações e cerceamentos, seria difícil pensarmos em atuações religiosas ou fé nesse momento, pelo menos por uma visão corriqueira.

Contudo, exatamente, neste aspecto centra-se a nossa preocupação, a materialização do discurso, afinal, o discurso separado da ação torna-se apenas palavras sem eficácias e, o mundo, a realidade não se transforma.

Assim, os jovens Dominicanos de São Paulo, em consonância com a Luta Armada e Carlos Marighella, deram outras cores e vida ao discurso religioso e como é possível viver em diferentes instâncias essa experiência da fé.

É relevante que, desde uma apresentação conceitual e friamente histórica, apontada no capítulo 1, passando pelo conhecimento da ideia da Luta Armada e de personagens como Frei Betto (nosso principal expoente de registros) pelo viés dominicano e Carlos Marighella em suas ações consideradas subversivas, mas que em nosso entendimento foi uma efetivação da crença e da luta por uma sociedade mais justa e terna, como verificado no capítulo 2.

As variadas possibilidades da compreensão historiográfica e, do registro histórico propriamente são elementos de constantes reanálises e, conseqüentemente, modificam nossas compreensões sobre o tempo e seus personagens. A História não é uma cartilha fria e mecanicista como se pensou por muitos ideólogos até o século XIX.

Tecer uma investigação é propor, no mínimo, uma nova possibilidade de compreensão e, conhecer a Ordem dos Dominicanos e Carlos Marighella é, incontestavelmente, entender a dinâmica de um período e, de maneira contraditória talvez, como religiosos poderiam estar engajados em lutas de resistência política e social.

Em outros tempos, seria difícil compreender como freis ou religiosos quaisquer poderiam ser engajados por lutas políticas. Contudo, é novamente necessário lembrar que a própria imagem construída sobre a figura de Cristo é, incontestavelmente, de resistência a um dado modelo de sociedade e política.

No ano de 2019, vários fatos foram elementos de debates e reconsiderações ideológicas, entre esses, a emblemática atuação dos jovens freis dominicanos e Carlos Marighella em 1969.

Nas últimas décadas, diferentes registros estão sendo servidos às ciências sociais como elementos de problematizações e, principalmente, de maneiras plurais de acesso ao conhecimento e aos fatos, como as filmografias, por exemplo.

Justamente por essa questão, a opção no último capítulo em discutir pelo olhar de Helvécio Hatton, entre outros, as novas perspectivas das humanidades e, conseqüentemente, como esse trabalho pode ser associado a essas perspectivas de conhecimento e de redimensionamento da memória.

Em tempos conflituosos ideologicamente como o que se é verificado na atualidade, muitos traços do passado acabam por interceptar o presente e, exatamente, nesses momentos em que trabalhos como esses devem cumprir um papel de esclarecimento e conscientização.

Para além dos universos particulares e restritos, os indivíduos são igualmente responsáveis pelas ações e resultados de seu tempo. A inércia legitima as ações tão repudiadas e combatidas em qualquer tempo. É preciso estar atento, conhecer e, notadamente, entender o que se passa e lutar por aquilo que se acredita.

O trabalho em questão busca cumprir essa missão, chamar atenção para, independentemente das ideologias ou como se acredita o mundo, é preciso, sempre, manter viva a ideia da luta e da resistência e, viver em sociedade é entender que quando se defende um mundo mais colaborativo, não se ganha um, mas todos são incondicionalmente favorecidos.

À luz dos fatos apresentados, acreditamos estar sempre em tempos de mudanças, o indivíduo em si muda a todo instante e, necessariamente, quanto não se muda, algo está morto.

É preciso compreender que, a religião está sim nos templos e dogmas, mas também é um elemento de vivência e transformação social. E, colocar o discurso religioso em prática, redimensioná-lo e discutí-lo, é permitir que a fé encontre, de fato, sentido na vida humana.

Assim, os freis dominicanos e Carlos Marighella são passíveis de uma releitura historiográfica, de novas vertentes de resignificação, uma nova experiência de vislumbramento pedagógico do período em que viveram e, testemunhos vivos da Religião em Esfera Pública.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Monique Oliveira. *Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil - 1961-1964*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. TCC. Orientador: Valéria Marques Lobo. 2011.
- AVILA, Carlos Federico Domínguez. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. Belo Horizonte: *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 28, nº 47, 2012.
- AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*. Livraria Martins. São Paulo. 1966.
- AZZI, R.; PEREIRA, M. S. *Henrique José Hargreaves: expressão do laicato juizforano*. Juiz de Fora: Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, 2003.
- BARBOSA JUNIOR, P. F.; BARBOSA, W. . *A Igreja Católica e o golpe de 1964*. Cadernos Cajuína, v. 3, p. 56-60, 2018.
- BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/953/588>>. Acesso em: 10 jan 2011.
- BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. *Revista Justiça Do Direito*, 29(3). Justiça do Direito (UPF), v. 29, n. 3, set./dez. 2015. p. 593-595. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611/3826>>. Acesso em: 08 out. 2019.
- BIAGI, Orivaldo Leme. O Imaginário da Guerra Fria. *Revista de História Regional [online]*. Ponta Grossa-PR: v. 6, Verão, 2001. p. 71-72. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119/1600>>. Acesso em: 31 dez. 2018.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 1982.
- BRUZIGUESSI, Bruno. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política [online]*. Juiz de Fora-MG: v. 2, n. 1, 2014. p. 58-59. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311/3482>>. Acesso em: 07 out. 2019.
- CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. 1. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos: EduFSCar, 2005. v. 1000.
- CANDIDO, Antonio. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CARVALHAL, J. P. A Influência da Igreja Católica na Formação de Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos (1970-1985). In: *I Colóquio do Lahes: "Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social"*, 2005, Juiz de Fora. I Colóquio do Lahes, 2005.
- CARVALHAL, J. P. *A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986)*. 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2007.
- CARVALHO, Jailson Dias. *Helvécio Raton e o Cinema Brasileiro*. Revista Fênix. Vol. 5. Ano V. nº 4. Out/Nov/Dez. 2008.
- CARVALHO, José Murilo. *Marcha acelerada (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTANHO, Amaury. *Direitos Humanos: Aspiração e Realidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.
- CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: Conclusões de Medellín*. 8a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

CHAVES, Eduardo dos Santos. *A História do 31 de março pelo Exército - as memórias de um passado*. In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria-RS: O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010. Porto Alegre: ANPUH, 2010. v. 1.

CHIAVENATO, Julio Jose. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Moderna, 2ª ed, 1994.

COUTINHO, Sergio A. de A. A Intentona Comunista de 1935: Um intento insensato. *Revista do Clube Militar (online)*, 2008.

DA SILVA, Ionio Alves. A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio. *Alceu [online]*. Rio de Janeiro-RJ: ALCEU - v.13 - n.25 - jul./dez., 2012 p. 37-40. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo3_25.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: Memória, História e Historiografia. FAPESP. *Scielo - Scientific Electronic Library [online]*. São Paulo-SP: 2009.

DOMINGUES, Joelza Ester; FIUSA, Layla Paranhos Leite. *História: o Brasil em foco*. São Paulo: Editora FTD, 1996.

ESTEVEZ, Alejandra. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 35, 2015, p. 208. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69010>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FEIJÓ, Sara C. D. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue*. Universidade de São Paulo, Mestrado, Brasil, 2011.

FERRO, Marc. Filme, uma contra-análise da sociedade? In: Le Goff e Pierre Nora (orgs.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento, Florianópolis*, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. *Frei Betto, biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREITAS GUTFREIND, C.; STIGGER, H. *A resistência armada: Lamarca e Marighella no cinema nacional*. Logos (Rio de Janeiro), v. 20, 2013.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas Vol.1 - A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUTIÉRREZ, G. O Concílio Vaticano II na América Latina. In: BEOZZO, J. O. (Org.). *O Vaticano II e a Igreja Latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1985.

HOBBSAWN, Eric. Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 2003, 598p.

JAKOBY, Marcos André. *A Campanha da Legalidade de 1961 e o papel da resistência democrática*. Natal - RN: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. São Paulo: *Revista Brasileira de História*. v.29, nº59. 2009.

LUCENA, Paola Lili. *"Nenhum lar sem o lar católico!"*: discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954- 1986). Juiz de Fora: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; LIEBEL, Vinícius. A Revolução Cubana e suas recepções: imprensa e academia. *Revista Contemporânea [online]*. Niterói-RJ: v. 2, ed. 8, 2015. p. 2. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/14_luis_carlos_dos_passos_martins_vinicius_liebel_.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

MATOS, Clarence José De; NUNES, César. *Novo Manual Nova Cultura História do Brasil*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1993.

MOURA, Antônio Carlos. *Ação Católica: desenvolvimentismo X socialismo*. In: A Igreja dos oprimidos. – São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

MUNHOZ, Sidnei José. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: *Diálogos: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*. Universidade Estadual de Maringá. v. 6. 2002.

NIERO, S.; Fernandes, S. *Produção intelectual católica: divergências entre progressistas e integristas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Porto Alegre: CIENCIAS SOCIALES Y RELIGIÓN / CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO, v. 19, n. 26, p. 167-168. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/CienciasSociaisReligiao/article/download/.../43726>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

OLIVEIRA, N. V. A intentona comunista na Bibliex: Em Guarda contra o comunismo. Rio de Janeiro: XIV Encontro Regional da Anpuh - Rio (online). 2010. p. 1-9. Disponível em: <http://encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732226_ARQUIVO_AIntentonaComunistanaBibliex.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

PENA, Felipe. *Teoria da biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2004.

PEREIRA, L.R.; SILVA, C.B.. Como utilizar o cinema em sala de aula? Notas a respeito das prescrições para o ensino de História. *Revista Espaço Pedagógico*, v21, 2014. p. 318.

PEREIRA, Rogério Silva. *Inaugurando o Brasil Contemporâneo: “Batismo de Sangue”, gênero híbrido?* In.: XI Concurso Internacional da ABRALIC. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/081/ROGERIO_PEREIRA.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

RATTON, Helvécio. *“Batismo de Sangue vai além da sala escura”*. Artigo Jornalístico. O Globo, 31/05/2007. Acesso em 25 out. 2019.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. *O perigo vermelho: o combate ao comunismo de 1945 a 1964*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

RODEGHERO, C. S.. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História (online)*, São Paulo: v. 22, n.44, p. 464, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200010>. Acesso em: 26 abr. 2019.

SANTOS, A. L. *Educação na imprensa católica: as representações do jornal “A Defesa” sobre a formação da juventude (1961-1969)*. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2006.

SANTOS, Andréa C. *Entre vozes e silêncio: O jornalismo de A Tarde durante o regime militar (1968-1972)*. In: 4º Encontro Nacional de História da Mídia, 2006, São Luís: 4º Encontro Nacional de História da Mídia: A luta pela Liberdade de Imprensa -Revisão Crítica dos 300 anos de censura, 2006.

SARMENTO, Carlos Eduardo. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. In: CPDOC. *A trajetória Política de João Goulart*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*. RJ: Companhia das Letras, 2001.

SOTANA, Edvaldo Correa. O início da Guerra Fria nas páginas da imprensa escrita brasileira (1946-1949). Maringá: *Diálogos*: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. v. 18, 2014.

SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: BOMBONATTO, V. I.; LOPES, P. S. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

SPIESS, Marcos A.. *A crise das vocações pós Vaticano II: reflexões a partir da reprodução social do clero catarinense*. SACRILEGENS, v. 13, 2016.

STEPAN, Alfred. O Impacto das crises políticas e econômicas sobre as Forças Armadas: Expansão dos Temores Institucionais, 1961-1964. in: *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Ed Artenova, 1975. apud Einaudi, Fleet e Maullin, 1969.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VERONEZI Cappellari, Marcia Schmitt. A Arte da Idade Média como Construtora de um Conceito Visual de Mal. *Mirabilia (Online)*. Vitória: v. 12, p. 175-188, 2011. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283177/371087>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

VIEIRA, Neide de Paiva. *Guerra Fria: desafios, confrontos e historiografia*. Orientação de outra natureza (História) - Orientador: Sidnei José Munhoz. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

VILLAÇA, Pablo. Helvécio Ratton: o cinema além das montanhas. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

WOZNIAK-GIMÉNEZ, Andrea Beatriz; RIBEIRO, Luiz Carlos . A luta entre comunismo e catolicismo nas páginas das revistas curitubanas, 1945-1964. Curitiba: *Religare*, v.11, nº2, 2014.